

# Obras de engenharia, cenários e leituras:

as relações sociais e minorias na formação da sociedade brasileira e rio-grandense



Organização:  
William Widmar Cadore  
e Jussara Jacomelli

Obras de engenharia, cenários e leituras: as  
relações sociais e minorias na formação da  
sociedade brasileira e rio-grandense



Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e  
das Missões

REITOR

**Luiz Mario Silveira Spinelli**

PRÓ-REITOR DE ENSINO

**Arnaldo Nogaro**

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

**Giovani Palma Bastos**

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

**Nestor Henrique de Cesaro**

CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN

Diretora Geral

**Silvia Regina Canan**

Diretora Acadêmica

**Elisabete Cerutti**

Diretor Administrativo

**Clóvis Quadros Hempel**

CÂMPUS DE ERECHIM

Diretor Geral

**Paulo José Sponchiado**

Diretora Acadêmica

**Elisabete Maria Zanin**

Diretor Administrativo

**Paulo Roberto Giollo**

CÂMPUS DE SANTO ÂNGELO

Diretor Geral

**Gilberto Pacheco**

Diretor Acadêmico

**Marcelo Paulo Stracke**

Diretora Administrativa

**Berenice Beatriz Rossner Wbatuba**

CÂMPUS DE SANTIAGO

Diretor Geral

**Francisco de Assis Górski**

Diretora Acadêmica

**Michele Noal Beltrão**

Diretor Administrativo

**Jorge Padilha Santos**

CÂMPUS DE SÃO LUIZ GONZAGA

Diretora Geral

**Dinara Bortoli Tomasi**

CÂMPUS DE CERRO LARGO

Diretor Geral

**Edson Bolzan**



CONSELHO EDITORIAL DA URI

Presidente

**Denise Almeida Silva** (URI)

Comitê Editorial

Acir Dias da Silva (UNIOESTE/ UNESPAR)

Alessandro Augusto de Azevedo (UFRN)

Alexandre Marino Costa (UFSC)

Antonio Carlos Moreira (URI/FW)

Cláudia Ribeiro Bellochio (UFSM)

Edite Maria Sudbrack (URI/FW)

Elton Luiz Nardi (UNOESC)

José Alberto Correa (Universidade do Porto,  
Portugal/UNESP)

Leonel Piovezana (Unochapeco)

Liliana Locatelli (URI/FW)

Lisiane Ilha Librelotto (UFSC)

Lizandro Carlos Calegari (UFSM)

Lourdes Kaminski Alves (UNIOESTE)

Luiz Fernando Framil Fernandes (FEEVALE)

Mauro José Gaglietti (URI/Santo

Ângelo/ ANHANGUERA)

Miguel Ângelo Silva da Costa (UNOCHAPE-CO)

Noemi Boer (URI/Santo Ângelo)

Paulo Vanderlei Vargas Groff (UERGS)

Rosângela Angelin (URI/Santo Ângelo)

Tania Maria Esperon Porto (UFPEL)

Vicente de Paula Almeida Junior (UFFS)

Walter Frantz (UNIJUI)

Consultores

Attico Inacio Chassot (Centro UniversitárioMetodista)

Júlio Cesar Godoy Bertolin (UPF)

Barbara Estevão Clasen (UERGS)

Breno Antonio Sponchiado (URI/FW)

Claudia Battestin (URI/FW)

Cledimar Rogério Lourenzi (UFSC)

Daniel Pulcherio Fensterseifer (URI/FW)

Gelson Pelegrini (URI/FW)

Gustavo Brunetto (UFSM)

Luis Pedro Hillesheim (URI/FW)

Patrícia Binkowski (UERGS)

Rosa Maria Locatelli Kalil (UPF)

Sibila Luft (URI/Santiago)

William Widmar Cadore

Jussara Jacomelli

Organização

**Obras de engenharia, cenários e leituras: as relações  
sociais e minorias na formação da sociedade brasileira  
e rio-grandense**

Série: cenários e leituras sociológicas, v. 1



Frederico Westphalen  
2017



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

**Organização:** William Widmar Cadore; Jussara Jacomelli  
**Revisão Linguística:** Wilson Cadoná  
**Revisão metodológica:** Tani Gobbi dos Reis e Elisângela Bertolotti  
**Capa/Arte:** Laís da Rocha Giovenardi  
**Projeto gráfico:** Tani Gobbi dos Reis

**O conteúdo dos textos é de responsabilidade exclusiva dos(as) autores(as).**

Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Catálogo na Fonte elaborada pela  
Biblioteca Central URI/FW

O14 Obras de engenharia, cenários e leituras [recurso eletrônico] : as relações sociais e minorias na formação da sociedade brasileira e rio-grandense / Organização: William Widmar Cadore, Jussara Jacomelli . - Frederico Westphalen : URI - Frederico Westph, 2017.  
90 p. - (Série Cenários e Leituras Sociológicas; v. 1)  
  
ISBN 978-85-7796-209-9  
  
1. Engenharia - campo social. 2. Relações sociais - Brasil. I. Cadore, William Widmar. II. Jacomelli, Jussara. III. Título. IV. Série. CDU 62: 316

Bibliotecária Gabriela de Oliveira Vieira



URI - Universidade Regional Integrada  
do Alto Uruguai e das Missões  
Prédio 9  
Câmpus de Frederico Westphalen:  
Rua Assis Brasil, 709 - CEP 98400-000  
Tel.: 55 3744 9223 - Fax: 55 3744-9265  
E-mail: editorauri@yahoo.com.br, editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

## Sumário

<i>Introdução</i> _____	8
Jussara Jacomelli; Willian W. Cadore	
PARTE I: ENGENHARIA E METODOLOGIA COMO PROCESSO_12	
<i>Edificações e relações sociais: uma proposta metodológica aplicada na disciplina de sociologia no curso de Engenharia Civil</i> _____	13
Jussara Jacomelli	
PARTE II: ENGENHARIA E RELAÇÕES SOCIAIS: BRASIL - XV-XIX	
_____25	
<i>Engenharia e relações de poder na casa grande e na senzala</i> _____	26
Caroline Techio; Suelen Turri; Everton Trevisol; Jéssica Favin; Letícia Pires; Mateus Roso; Jussara Jacomelli	
<i>Edificações e relações econômicas na casa senhorial e senzala</i> _____	34
Leonardo Rubin; Cristian Turchetto; João Alberto dos Santos; Eliandro Gonçalves; Jonas Sponchiado; Jussara Jacomelli	
PARTE III: ENGENHARIA E RELAÇÕES SOCIAIS: RIO GRANDE DO SUL - XV-XVIII _____42	
<i>Edificações e relações de poder na sociedade missioneira</i> _____	43
Iracema de Souza; Bruna Brauner; Taís Zeida; Aline Mazzonetto; Edicléia Tiburski; Jussara Jacomelli	
<i>Missões jesuíticas: edificações e relações sociais</i> _____	52
Bruna Corrêa; Bianca Wecker; Fabiana Lopes; Priscila Lesczynski; Marcela Vargas; Yuri Martins; Jussara Jacomelli	
<i>Edificações e relações de trabalho: organização econômica missioneira</i> _____	60
Amanda P. Markoski; Fernanda de Marco; Gabriela A. Silva; Maitê Beinilich; Vinicius Balestrin; Jussara Jacomelli	

PARTE IV: ENGENHARIA E RELAÇÕES INTERREGIONAIS: RIO  
GRANDE DO SUL - XV\_XVIII \_\_\_\_\_ 67

*Bandeiras paulistas na busca de índios e de gado missioneiro: caminhos construídos  
e identidades destruídas* \_\_\_\_\_ 68

Guilherme B. Brizolla; Maicon Vitallis; Lucas Cadore; Marco Antonio de Freitas;  
Jussara Jacomelli

*A engenharia dos tratados internacionais de divisão do território português e  
espanhol e repercussões na organização indígena* \_\_\_\_\_ 75

Henrique Zantedeschi Martinelli; Gabriel Dall Puppo Picolotto; Jeferson Luiz  
Camargo; Edson Vilmar da Silva; Emerson Gonchoroski; Manoel Arlindo Mendes;  
Jussara Jacomelli

*Conclusão* \_\_\_\_\_ 90

Jussara Jacomelli; Willian Widmar Cadore

## Introdução

**Jussara Jacomelli**  
**Willian W. Cadore**

*Obras de engenharia, cenários e leituras: relações sociais e minorias na formação da sociedade brasileira e rio-grandense* é o resultado do desenvolvimento de uma metodologia, que nominamos estudo-pesquisa-produção, desenvolvida na disciplina de Sociologia no ano de 2015. Foi realizada com o primeiro semestre do Curso de Bacharelado em Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - do Município de Frederico Westphalen.

Tem como objetivo socializar os procedimentos e os resultados obtidos com a utilização, na disciplina, do instrumental teórico e metodológico da Sociologia. A disciplina, desta forma, não foi compreendida como um corpo teórico, mas como um corpo teórico e metodológico; instrumental utilizado para o estudo de acontecimentos ocorridos nos cenários da Casa Grande e da Senzala; das Missões Jesuíticas e do espaço fronteiriço do Rio Grande do Sul. É um livro formado por artigos que problematizam a ambientação - decorrente das ações/atividades que envolveram engenheiros ou a engenharia - dos sujeitos integrantes dos espaços identificados, a partir do olhar, leitura, interpretação dos ambientes descritos e ilustrados nos textos pesquisados. O tempo histórico considerado foi o período do séc. XIV ao XVIII, onde se encontram os pilares da formação do povo brasileiro: a participação do índio, do negro e do europeu, esse último, caracterizado, neste estudo, em especial, pelo português.

Como resultado da metodologia aplicada, houve a construção de vários artigos que, apesar de complementares entre si, apresentam individualmente especificidades, porque partem de critérios estudados e elencados pelos grupos, com bases teóricas fundamentadas na Sociologia. As singularidades foram tratadas tencionando o imbricamento do tema no contexto da época e, de forma a vincular as realidades locais ao contexto nacional e global. O foco central foi à exploração das relações desenvolvidas e ambientadas pelas engenharias da Casa Grande e da

Senzala; do espaço missionário e das derivadas do estabelecimento de fronteiras. Esse último, devido ao estado de beligerância entre Portugal e Espanha.

O estudo trata da engenharia como constituinte do campo social, político e econômico, ou seja, constituinte do desenvolvimento e da materialização de ideias de como viver e utilizar o território, o ambiente, o lugar. Na prática corrente, o conceito de engenharia está vinculado às edificações e ao resultado das ações dos engenheiros (oficiados) ou aos processos produzidos por eles, compreendidos como engenharias de produção. No entanto a engenharia apresenta um conceito amplo. É base na tecnologia de produção, nas edificações, mas, também, está presente na engenharia de redes, na engenharia da ocupação territorial, na resolução de problemas, inclusive internacionais, como trata o último texto dessa série. Observamos que toda obra de engenharia resulta de ideias, conceitos, concepções de mundos e, por isso, implica em comportamentos sociais, modos de vida, relações que podem ser mais humanas ou não. A ambientação, dessa forma, é considerada na obra tendo como alimento a perspectiva humanizadora, problemática que perpassa os textos.

A organização da obra foi feita observando as especificidades dos estudos, do que derivou quatro partes:

- ✓ Parte I: Engenharia e Metodologia como processo.
- ✓ Parte II: Engenharia e relações sociais: Brasil - XV-XIX.
- ✓ Parte III: Engenharia e relações sociais: Rio Grande do Sul - XV-XVIII.
- ✓ Parte IV: Engenharia e relações inter-regionais: Rio Grande do Sul - XV-XVIII.

A parte I é constituída por um texto que traz o caminho percorrido na disciplina de Sociologia, para a construção da coletânea de produções aqui apresentadas. Traz para a discussão o desenvolvimento do método sociológico interdisciplinar utilizado e do processo percorrido. Apresenta o potencial da análise sociológica na produção de dinâmicas ou desafios para o desenvolvimento de um estudo integrando teoria e prática, entrelaçadas por uma noção humanística de ir ao encontro, em busca do outro.

A parte II é intitulada, “Engenharia e relações sociais: Brasil - XV-XIX”. É uma parte composta por capítulos fundamentados em estudos relacionados ao espaço

nacional e buscando a compreensão das relações sociais que envolvem o agente afro na casa grande e na senzala. É constituída por dois capítulos.

No primeiro capítulo “Engenharia e relações de poder na casa grande e na senzala”, os pesquisadores fizeram uso de uma análise de viés Weberiano objetivando evidenciar as relações de poder. A análise foi embasada na concepção de que a sociedade é um sistema alimentado, não somente pelas relações entre classes ou entre governantes, mas por relações cotidianas que se desenvolvem na família, na empresa e outros, onde *“os indivíduos ou conjunto de indivíduos têm maior ou menor possibilidade de impor sua vontade aos outros”*. O estudo foi sustentado tendo como referência principal os relatos de Gilberto Freire, na obra literária Casa Grande e Senzala do Período Colonial Brasileiro. No segundo texto “Edificações e relações econômicas na casa senhorial e na senzala”, o estudo foi conduzido por uma análise de viés marxista, para o que o critério da *“contradição”* foi essencial. A produção teve como cenário a cafeicultura e o processo de substituição de mão de obra afro pela do imigrante europeu.

A parte III é caracterizada por produções textuais vinculadas ao espaço do Rio Grande do Sul, potencializando a presença do agente índio. É composta por capítulos que tratam da realidade missioneira. Neles, os autores problematizaram questões intrínsecas e extrínsecas à organização missioneira e suas implicações nas relações sociais construídas naquele espaço. Esta parte é formada por um conjunto de três textos, sendo que em “Edificações e relações de poder na sociedade missioneira”, observa-se o uso de um viés de análise de cunho weberiano, centralizado na ideia de que *a sociedade pode ser compreendida a partir do conjunto das ações individuais reciprocamente referidas*. Em “Missões jesuíticas: edificações e relações sociais”, o viés de análise seguido foi teorizado por Durkheim, e potencializado no conceito de *controle social, no poder da norma sobre a ação do indivíduo*. E, o terceiro texto “Edificações e relações de trabalho: organização econômica missioneira” evidencia-se o fundamento marxista de análise, para quem, no *modo de produção* encontra-se a base explicativa da sociedade. Para isso, a opção feita pelo grupo, foi estudar a sociedade missioneira tendo como critério *as relações de trabalho*.

Os três grupos trataram do mesmo espaço territorial e da mesma temporalidade: o espaço e a temporalidade das missões jesuíticas, pertencentes ao Período Colonial Brasileiro. A análise, contudo, seguiu critérios diferentes, evidenciando resultados diferentes mesmo que conectados pela mesma realidade factual e contextual.

A parte IV é constituída por textos que trazem para a discussão questões regionais, nacionais e internacionais envolvendo o espaço e a organização indígena. O conjunto de textos problematizam questões externas à organização missioneira, mas que tiveram implicações diretas e decisivas para a história dos Sete Povos das Missões. É constituída por dois capítulos, um enfatizando a ação do bandeirante e, o outro, os acordos e tratados internacionais efetivados pelas e entre as metrópoles.

Em “Bandeiras paulistas na busca de índios e de gado missioneiro: caminhos construídos e identidades”, o grupo de pesquisadores construiu uma análise sobre a formação das fronteiras sulinas com o suporte da teoria weberiana e, tendo como centralidade a *cultura*, onde se encontram as explicações históricas centradas na ideologia do herói, visão que minimiza a atuação dos demais agentes e que concomitantemente à idealização de “feitos”, promove a compreensão mítica, idealizada e irreal dos fatos. Em “A engenharia dos tratados internacionais de divisão do território português e espanhol e repercussões na organização indígena”, o estudo foi fundamentado no método compreensivo de análise weberiana. O critério base utilizado foi o *tipo ideal*. Com este instrumental foi conduzido o estudo sobre os acordos e tratados realizados pelas metrópoles Portugal e Espanha e sobre as repercussões dos mesmos na engenharia de ordenamento do território do Rio Grande do Sul, envolvendo o término dos Sete Povos das Missões.

*PARTE I: ENGENHARIA E METODOLOGIA  
COMO PROCESSO*

# **Edificações e relações sociais: uma proposta metodológica aplicada na disciplina de sociologia no curso de Engenharia Civil**

**Jussara Jacomelli<sup>1</sup>**

## **Considerações iniciais**

Este texto trata da dinâmica de trabalho desenvolvida no ano de 2015, no Curso de Graduação em Engenharia Civil na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Frederico Westphalen (URI-FW), na disciplina de Sociologia. Disciplina caracterizada por Bauman e May (2010) como instrumental metodológico que permite o entendimento da sociedade. Para eles, pensar sociologicamente pode gerar sensibilidade e tolerância em relação à diversidade; permite transitar para novas experiências, além das imediatas, e admitir pensamentos e possibilidades a partir do questionamento. A importância de uma ciência como a Sociologia, conforme Vila Nova (2010) reside no fato de estar relacionada à sociedade, tendo como objeto de estudo o fato social, as relações sociais.

Igualmente, em Rabuske (2008) encontramos a caracterização do homem como um ser inconcluso, resultado do meio em que vive, ou seja, do local onde se projeta e de onde projeta para outros; resultado do reconhecimento que tem do seu mundo e do autoconhecimento de sua liberdade de escolha. A questão, a partir disso, passa a ser metodológica, diz respeito a: como trabalhar com esses conceitos de forma a integrar o conteúdo da disciplina ao propósito de contribuir para com o reconhecimento da Engenharia Civil como uma ciência que, junto ao seu corpo de conhecimento técnico, apresenta a perspectiva e a necessidade da instrumentalização para uma prática social humanizadora? Assim, alguns questionamentos fundamentaram as reflexões aqui expostas. Por exemplo: Como evidenciar a

---

<sup>1</sup> Professora e pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Doutora em Desenvolvimento Regional; Mestre em História. E-mail: jacomelli@uri.edu.br.

importância da disciplina de Sociologia num curso voltado para a formação de Engenheiros? Como trabalhar e envolver as ideias de seus principais clássicos Marx, Weber e Durkheim, no estudo dos fatos sociais?

### **A disciplina de sociologia e a percepção do outro**

Somos um povo, desde o princípio, caracterizado pela diversidade. Conforme Bauman e May (2010), pensar sociologicamente pode gerar sensibilidade e tolerância em relação à diversidade; permite transitar para novas experiências além das imediatas, e admitir pensamentos e possibilidades a partir do questionamento, da pesquisa. Pensar, problematizar, fatos e realidades constituem atitudes que permitem compreender o ser homem que, conforme Rabuske (2008), caracteriza-se como um ser inconcluso, resultado do meio onde vive, do local onde se projeta e projeta para outros, a partir do reconhecimento que tem do seu mundo, da percepção do outro e do autorreconhecimento da sua liberdade de escolha. Nessa percepção do homem como ser no mundo e como ser de relações, encontra-se o homem no ambiente de sua vida.

Os ambientes são diversos e apresentam diversidades que constituem as diferenciações sociais, e estão expressos no envolvimento social, nas características da prática cidadã. Entre os desafios da atualidade, encontram-se a necessidade de reduzir a distância econômica entre ricos e pobres e a construção de caminhos para a efetivação da competência cidadã. Para isso, os estudos que potencializam leituras possíveis e diversas, não somente sobre as edificações, mas também sobre seus condicionantes, ambientações, territorialidades, constituem-se como fundamentais, principalmente, em sociedades, como a brasileira, onde o espírito da cooperação não está desenvolvido, e, onde o Estado se caracteriza como agente patrimonial estruturador da vida social, política e econômica auferindo direitos desiguais. Uma situação que traz para as Universidades, em especial para as Comunitárias, no campo das análises das Ciências Humanas, o desafio de instrumentalizar os acadêmicos para a produção científica cunhada pela pluralidade sociológica histórico-contextual que envolve a sociedade, somado a formação técnica que caracteriza cada curso de

graduação. Além disso, urge trabalhar a competência cidadã relacionada à atuação profissional pautada pela vivência de uma cidadania responsável e solidária, o que presume estudos humanísticos e sociológicos.

Este último desafio, diz respeito à contribuição de cada um e do conjunto da sociedade no processo de humanização, que pressupõe olhar e enxergar o outro como igual, o que implica em conhecer e reconhecer a história e as necessidades do outro, bem como suas possibilidades. Igualmente sugere corresponsabilidade e coparticipação para a efetivação do objetivo que é comum todos e que consiste em ser feliz. A felicidade não é individual. Não é possível um indivíduo ser feliz de forma isolada. A felicidade é resultado da comunhão de um estado intrínseco e extrínseco ao indivíduo. Ou seja, o estado coletivo implica decisivamente na condição intrínseca de felicidade individual. Somos seres coletivos. Como seres coletivos, não podemos focar a felicidade no indivíduo ou no sucesso individual como finalidade. Isso caracterizaria navegar contra a constituição humana, haja vista que o sucesso individual deve corresponder também ao sucesso coletivo. Disso emana a necessidade de estudar, observar, enxergar o processo, as relações que são desencadeadas pelas ações humanas, a exemplo das que ocorrem espontâneas ou forjadas pelos condicionantes dos ambientes construídos seja em edificações, produções, acordos, tratados e outros.

Também o homem busca sua essência que é *ser social*. Por isso, os estudos vinculados à vida em sociedade caracterizam-se como fundamentais, uma vez que, o entendimento das formas de organização social e do como o conhecimento técnico interfere na vida cotidiana de cada um e da coletividade têm reflexo no indivíduo e no grupo social. Também, o processo de conhecer e produzir conhecimento, evidência, no geral, singular importância para a construção da competência cidadã e, na especificidade das profissões, contribuição para a qualificação dos atos de projetar, planejar e construir, não somente visando à aplicação da técnica, mas a humanização do homem. Diante disso, sustenta-se a importância e o significado da realização de análises sociológicas cunhadas pela relevância do processo histórico-contextual formador da sociedade brasileira e rio-grandense evidenciando a

participação dos diferentes agentes, com especial atenção para aqueles caracterizados pela legislação brasileira como “minorias”.

### **Edificações e relações sociais: uma proposta metodológica**

O homem é indivíduo e é coletividade. Dizia Cruz (1936, p. 11), nas primeiras décadas do século XX, que como o Sol é o centro do sistema planetário, o homem é o centro do mundo moral: “É ele o universal padrão por onde tudo é aferido: o mal e o bem, Deus e o Diabo, o amor e o ódio, o visível e o invisível, o céu e a terra.” No entanto, conforme Durant (1942, p. 325), interpretando Schopenhauer, “Os homens mostram-se mil vezes mais atentos em adquirir riquezas do que no adquirir cultura, embora saibam que contribui mais para a sua felicidade o que ele *é* do que o que ele *tem*.” Ou seja, o homem constrói-se como um ser de competência técnica e social permeado pelo “mundo” cultural que constitui sua historicidade e, nessa construção, o valor humanitário nem sempre é considerado.

Para Rabuske (2008), o sistema social do homem permite caracterizá-lo como “um ser inteligente”. Apresenta um comportamento não fixo, mas cunhado pela cultura que é alimentada pelas e nas práticas cotidianas e, no conhecimento filosófico, sociológico, técnico e outros. O homem, mesmo apresentando a mesma finalidade inerente a outros seres vivos, que consiste na conservação individual e da espécie, difere por constituir-se como “ser de carência”, por sua “incompletude”. Essa incompletude o faz um ser criativo e criador de cultura. Um ser - resultado do “como se compreende” e do permanente intercâmbio que estabelece com o seu “mundo”.

Sendo um ser de relações, não consegue viver no imediato. Nesse sentido, o “mundo” resulta da totalidade do concreto espaço de sua vida e do horizonte da sua compreensão (RABUSKE, 2008). Por sua incompletude e infixidez ao imediato, o homem está para possibilidades, o que implica dizer que toda forma metodológica de trabalho desenvolvida no processo de construção da competência profissional em uma academia, interfere diretamente na forma como o acadêmico compreende seu mundo. Além disso, passa a fundamentar a sua vida particular e as ações na

comunidade, haja vista que o processo de ensino atua no “ser homem”, não só como formação corpórea, mas, também, como ser de transcendência.

Assim, infere-se que ensinar somente para a técnica viabiliza a formação de um ser voltado para o “fim”, a “finalidade”, que geralmente, nas sociedades capitalistas, significa “ganhar dinheiro”. Ensinar para o processo significa enxergar as dificuldades, os problemas e as possibilidades, traz o humano e a ideia humanizadora como condição de realização e, com isso, conseqüentemente, na finalidade, no fim, estará também o homem. Mas isso tudo, se inscreve em um processo de liberdade, porque o homem é um ser livre, no sentido de poder fazer opções, como por exemplo, condicionando suas ações a um dado fim e/ou ao processo como caminho e condição de realização humana que remete a um resultado mais humanizante.

Diante do exposto, cabe às disciplinas que constituem as bases para o conhecimento geral, como a Sociologia, a responsabilidade de considerar o ensino e a aprendizagem como processo de formação humana singular e imbricando-os no conhecimento técnico. Isso porque, as universidades, instituições de ensino superior, são espaços de excelência para a problematização dos diferentes “mundos da experiência humana”, problematizando-os enquanto processo e enquanto fim no conjunto de ações voltadas para a formação profissional. Profissionais que atuarão em diferentes campos da atividade humana e que pautarão suas ações a partir da liberdade de escolha que possuem. Essa escolha, contudo considera de alguma forma, o conhecimento, a ideia de mundo que cada um carrega, a sua formação.

### **O ensino como processo**

A Comunidade Regional (Médio Alto Uruguai e Noroeste de Santa Catarina), conta, desde 1969, com uma instituição de ensino superior – A FESAU (Fundação de Ensino Superior do Alto Uruguai). A partir de 1992 passou a existir a oferta de ensino universitário com a instituição da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) para atuar na Região. Desde então, a URI faz parte e é a herdeira desse legado histórico de mais de meio século. Além disso, alimenta novas

conquistas sintetizadas no ensino universitário e na característica de instituição comunitária. Em vista disso, consolida-se pelas vias de um processo de busca social e, também, por constituir-se como produtora de princípios técnicos e humanos desdobrados em cada participante da Instituição, tanto na ampliação do mundo pessoal de cada experiência, quanto no imbricamento dessas experiências - mundos individuais - na experiência coletiva.

A Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) tem como Missão: “Formar pessoal ético e competente, inserido na comunidade regional, capaz de construir o conhecimento, promover a cultura, o intercâmbio, a fim de desenvolver a consciência coletiva na busca contínua da valorização e solidariedade humanas.” Consoante a essa premissa de formação e integração, além da especificidade própria que lhe cabe, o Curso de Bacharelado em Engenharia Civil, desenvolvido no Câmpus de Frederico Westphalen, apresenta, em seu Projeto Político Pedagógico, o objetivo de “Formar Engenheiros Civis competentes e comprometidos com a ética e a humanística no desenvolvimento da sociedade.”

Tendo presente a Missão da Universidade e as especificidades do Curso, atendendo ao princípio de formação, não só técnica, mas, também humana, cada disciplina corresponde a um componente fundamental à essência do todo. Assim, no conjunto, a interdisciplinaridade se consolida e consolida saberes e fazeres que, de alguma forma, concretizam-se no “mundo” de cada participante do processo que os projetam para a coletividade, interferindo na organização social, política e econômica de um território. Segundo Rawls apud Zambam (2004, p. 109-110),

O valor da educação não deveria ser avaliado apenas em termos de eficiência econômica e bem-estar social. O papel da educação é igualmente importante, se não mais importante ainda, no sentido de proporcionar a cada indivíduo um sentimento de confiança seguro de seu próprio valor.

Zambam (2004) cita, em sua construção teórica, o valor do homem como elemento superior à eficiência econômica e o bem estar social e coloca isso como elemento básico na avaliação de um processo educativo. Mas qual é o valor do homem? Que metodologia utilizar na disciplina de Sociologia (em uma sociedade caracterizada pela finalidade dinheiro) a fim de contribuir para a formação do

sentimento de que o homem tem valor por ele mesmo, por ser pessoa, pelo “ser” e não pelo “ter”? Ou, para o entendimento de que o ter é válido para servir ao “ser”?

O homem é, para além da perspectiva do indivíduo, humano: um ser cultural e social. Questionando os rumos da formação do homem e de sua forma de inserção social na atualidade, Savater (2004, p. 160-161) explica que, “Os humanos devem educar os humanos a pactuar acordos entre si, mas nunca “fabricar” replicantes de acordo com projetos que os privem de sua filiação aleatória e de sua liberdade de escolha.” Continua afirmando: “Engendrar e criar semelhantes é humano, mas não desenhar modelos segundo o capricho de ocasionais presunções que a tecnologia permite e o mercado torna rentável.” Infere-se que nisso está o desafio metodológico que precisa ser incorporado nas atividades desenvolvidas na academia e em escolas em geral. Ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão, devem ser construídos enxergando o outro como igual, um ser humano, com necessidades e potencialidades inerentes ao próprio ser e ao ser coletivo (humano).

### **O processo construído**

Durant (1942, p. 326), escreveu: “A maior das maravilhas não é conquistar o mundo, mas conquistar-se a si próprio”. Algo extremamente difícil em um mundo cuja cultura é fortemente influenciada pela ideia do TER e do CONSUMIR, condicionantes que transformam as bases essenciais da vida em efemeridades, porque a cultura do consumo induz à insaciabilidade. Contudo, a frase de Durant viabiliza a possibilidade de auto exploração da capacidade humana de análise que, juntamente com a teoria de Rabuske, para quem a caracterização do mundo de cada pessoa está no resultado da totalidade do concreto espaço de sua vida e no horizonte da compreensão desse mundo, permitem inferir sobre a possibilidade da ampliação da visão dos mundos das experiências pessoais. Isso, a partir da problematização sobre a organização social, por exemplo.

Como, num primeiro semestre da Universidade, motivar os acadêmicos para enxergar a Sociologia como uma ciência básica no Curso de Bacharelado em Engenharia Civil e na prática profissional nesta atividade? Os estudos dos Direitos

Humanos, das Minorias, de ideias de Marx, Weber e Durkheim, juntamente com a apresentação de breves falas de Gilberto Freire na obra *Casa Grande e Senzala*, foram fundamentais. A eles somaram-se os estudos de conceitos e critérios sociológicos; as leituras e discussões sobre relatos e imagens constantes em *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freire, em literaturas que tratam da organização missioneira e dos tratados internacionais.

A obra “*Casa Grande e Senzala*” foi, podemos dizer, alimento, expectativa e possibilidades. As imagens e algumas descrições constituíram-se como incentivo à busca curiosa de mais informações. Essa curiosidade inicial abriu caminho para o desafio de enxergar os ambientes, não somente como obras de engenharia, mas como ideias e condicionantes para a tipificação das relações sociais. Os fatos sociais e as obras/atividades de engenharia passaram a ser objeto de análise, bem como os relatos sobre atividades, acontecimentos e hábitos motivados pelas mesmas. Esses constituíram a teia para o estudo das relações sociais.

A obra “*Casa Grande e Senzala*” permitiu enxergar, em tempos e contextos da essência da sociedade brasileira, as relações sociais constituídas e alimentadas nas edificações estudadas e as relações sociais que se desdobraram e ali se alimentaram chegando aos dias atuais. A engenharia da *Casa Grande* e da *Senzala*, descrita e desenhada pelo autor, possibilitou problematizar, não só a edificação, o território, o lugar, mas sua representação. Com base nessa engenharia pode-se trabalhar referências como: o valor humano, o poder; a ambientação, a dominação; a relação entre poder e ambientação; conceito de lugar e imaginário construído; o lugar do outro, para o outro; os conceitos ou preconceitos que cada um tem e as consequências desses conceitos na construção das relações sociais. Relações sociais que se consolidaram em espaços, lugares, *sui generis* em seu tempo e em sua época, conforme mostram os textos que constituem essa obra.

A obra literária *Casa Grande e Senzala*, contudo, não respondeu a todas as demandas, visto que uma das assertivas foi enxergar a sociedade rio-grandense em suas particularidades, para o que, recorreu-se a textos sobre as organizações missionieras e sobre os tratados internacionais. Foram fundamentais as literaturas relacionadas ao espaço e território do Rio Grande do Sul, como “*História do Rio*

Grande do Sul”, de Moacyr Flores; “São Miguel das Missões”, de José María Plaza Escrivá; “Uma história do Rio Grande do Sul”, de Mário Maestri; “História do Rio Grande do Sul”, de Danilo Lazzarotto.

Os tratados internacionais foram evidenciados devido à característica histórica do Rio Grande do Sul que foi palco de diferentes desenhos geográficos oriundos de tratados feitos por Portugal e Espanha, de um relativo abandono inicial, seguido de um intenso estado de beligerância.

Alimentado o objetivo inicial que se consistiu na necessidade de motivar o grupo para a atividade de pesquisa e construção do conhecimento, a proposta metodológica foi levada a termo visando o atendimento ao conteúdo da disciplina e sua ementa, assim descrita: “Estudo dos principais conceitos de modo amplo e geral numa perspectiva sociológica de análise do espaço sociocultural, organização e estrutura de classes na sociedade, bem como, suas principais instituições”. Nesse sentido, buscou-se interpretar as edificações e os ambientes descritos nas obras estudadas, vinculando-os aos conceitos de vida, de pessoa, de lugar, que as descrições e imagens constantes nas obras estudadas mostravam. Visando uma interpretação científica sociológica buscou-se conhecer o pensamento sociológico clássico. Nesse sentido, literaturas como a de Sell (2015), que traz para o debate a vida e a obra de Weber, Marx e Durkheim, permitiram a construção de critérios para as análises sociológicas desenvolvidas pelos grupos de acadêmicos-pesquisadores.

Podemos dizer que o método utilizado resultou da combinação de um estudo de viés Sociológico, Histórico e Contextual e que se fundamentou na análise de experiências vividas em edificações, acordos e outros, ou seja, na materialidade da experiência humana codificada pela engenharia. Para desenvolver a análise proposta foi delimitada a temporalidade, focando, em especial, o Período Colonial e tendo como recorte territorial, a espacialidade do território brasileiro e rio-grandense. Os fatos evidenciados foram: a organização das relações sociais, políticas e econômicas potencializadas pela Casa Grande e pela Senzala; pelas Edificações Missioneiras e pelos acordos de fronteira realizados pelas metrópoles Portugal e Espanha, acordos que interferiram no espaço da organização missioneira.

Todos os acadêmicos da disciplina se envolveram na produção. Organizados em grupos, os acadêmicos produziram análises imbricando o conhecimento teórico-técnico com o conhecimento sociológico. Praticamente todos os grupos conseguiram levar a termo a produção, produzindo os artigos que compõem este e-book. O processo de construção não foi fácil, mas resultou exitoso. Inicialmente as aulas foram costuradas com base em explicações teóricas, envolvendo conceitos da disciplina de Sociologia e a visão do conhecimento de Engenharia Civil como potenciais a serviço da vida. Para isso, algumas questões foram propostas e postas para a reflexão: Para que e para quem serve a disciplina de Sociologia? Por que a Sociologia em um curso de Engenharia Civil? Como potencializar o significado e a importância da Sociologia na prática da Engenharia Civil? Qual o instrumental para a análise da sociedade que a Sociologia proporciona? Como trabalhar com esse instrumental? Onde e como realizar a experimentação da aplicabilidade desse instrumental de análise social, na experiência de sala de aula?

Assim, as aulas transcorreram envolvendo as teorias explicativas da sociedade, seus teóricos e algumas de suas teses; enfatizando o porquê da Sociologia como uma disciplina básica, alicerce, no primeiro semestre de um curso voltado para a formação de engenheiros. A partir da apresentação-questionamento da disciplina, dos temas transversais; de alguns conceitos e apresentação breve de Marx, Durkheim, Weber, no terceiro encontro, organizados em grupos e com temas já determinados, a aula ocupou o cenário da biblioteca e seu acervo.

Os encontros sucessores tiveram suas atividades desenvolvidas inicialmente na sala de aula, onde os grupos socializavam aos demais as construções feitas, submetendo-as à reflexão-debate. Após, obtinham orientações para a sequência das atividades que ocupavam o espaço da biblioteca, onde os estudos transcorriam com leituras, produções e ordenamentos textuais. Cada grupo trabalhou em seu tempo e em seu movimento, por isso, ocorreram orientações específicas, conforme cada produção e grupo (esta foi feita entre encontros presenciais, a partir dos arquivos enviados para orientação via e-mail, no final de cada sessão de estudos). Foram nove encontros, totalizando trinta e seis horas de trabalho presencial.

As construções textuais envolveram princípios da análise da racionalidade instrumental da teoria Weberiana como o critério da análise comparativa (ex. tipo ideal, tipos de poder; o indivíduo e o social); princípios da análise social fundamentada no papel determinante da economia - teoria Marxista - tendo como base, o critério da contradição; e, princípios das relações sociais fundamentadas pela norma, conforme teoria de Durkheim. Em vista do processo desenvolvido, denominamos a metodologia utilizada como estudo-pesquisa-produção.

### **Considerações finais**

Concluimos dizendo que o desafio de construir um estudo relacionando o corpo conceitual da Sociologia com os espaços de vida das populações em análise, se caracterizou, ao tempo que desafiador, construtor de dinâmicas e saberes, de participação, de escolha, de respeito ao tempo e ao movimento de cada um e de cada grupo. Com certeza viabilizou o questionamento e a construção de conceitos de mundos, e, principalmente, potencializou uma visão mais larga da engenharia, uma vez que além das edificações, a engenharia está presente e condicionando formas de vida em todos os ambientes, e, por isso, o engenheiro é um construtor de ambientações, de mundos. Sua responsabilidade e presença encontra-se, para além da edificação - produção imediata, materialização -, no campo das relações sociais e, sempre, repercute na humanização ou não do uso do território.

### **Referências**

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

CRUZ, Malpique. **O homem centro do mundo**. Lisboa: Sá da Costa, 1936.

DEMO, Pedro. **Política social: educação e cidadania**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.

DURANT, Will. **História da filosofia: vida e ideias dos grandes filósofos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

ESCRIVÁ, José M. P. **São Miguel das Missões: arte e cultura dos Sete Povos**. Porto Alegre: Delphi E, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro- Editora, 1993.

LAZZAROTTO, Danillo. **História do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 1982.

MAESTRI, Mário. **Uma História do Rio Grande do Sul, a ocupação do território**. 2. ed. Passo Fundo: Universitária, 2000.

RABUSKE, Edvino E. **Antropologia filosófica**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SAVATER, Fernando. **A importância da escolha**. Tradução: Paulo Anthero Barbosa. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à Sociologia**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ZAMBAM, Neuro José. **A teoria da justiça em John Rawls: uma leitura**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2004.

*PARTE II: ENGENHARIA E RELAÇÕES  
SOCIAIS: BRASIL - XV-XIX*

## **Engenharia e relações de poder na casa grande e na senzala**

**Caroline Techio<sup>1</sup>**  
**Suelen Turri<sup>2</sup>**  
**Everton Trevisol<sup>3</sup>**  
**Jéssica Favin<sup>4</sup>**  
**Letícia Pires<sup>5</sup>**  
**Mateus Roso<sup>6</sup>**  
**Jussara Jacomelli<sup>7</sup>**

“Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro”. Gilberto Freyre.

### **Considerações iniciais**

Este texto é resultado de um estudo a respeito de fatos e relatos sobre a sociedade colonial brasileira, realizado na disciplina de Sociologia. Nele se buscou entender a escravidão brasileira sob o olhar das relações de poder existentes dentro das duas edificações do período colonial, isto é, da casa do senhorio e da senzala, espaço do nascimento da discriminação racial e, de certa forma, social. Constitui-se

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

<sup>5</sup> Acadêmica do Curso de Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

<sup>6</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

<sup>7</sup> Professora e pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Doutora em Desenvolvimento Regional; Mestre em História. E-mail: jacomelli@uri.edu.br.

em uma proposta de interpretação das relações de poder com base em descrições presentes em obras de escritores como Gilberto Freyre; Kátia de Queirós Mattoso e de Rubim Santos Leão de Aquino sobre a sociedade e o lugar dos diferentes agentes sociais nas edificações da Casa Grande e da Senzala.

### **Abordagem sociológica: o estudo da sociedade e as características do poder**

Max Weber, sociólogo alemão, abordou, ao longo de seus trabalhos, o estudo da relação entre o Capitalismo e o poder. Weber questionou sobre o porquê de o sistema econômico Capitalista ter se desenvolvido com tamanha prosperidade no Ocidente, nesse sentido tratou também do poder:

Para Weber o poder constitui um bem onipresente na vida social e que a organização social resulta fundamentalmente da sua distribuição desigual. Assim, a sociedade para Weber, constitui, antes de mais nada, um sistema de poder, pois não apenas nas relações entre classe, ou entre governantes e governados, mas igualmente nas relações cotidianas na família, na empresa, por exemplo, os indivíduos se deparam a todo momento com o fato de que indivíduos ou conjunto de indivíduos tem maior ou menor possibilidade de impor a sua vontade a outros (VILA NOVA, 2004, p. 84).

As relações de poder situam-se em todas as formas de relações sociais, podem ser compreendidas nas relações cotidianas, nos afazeres e nas formas organizativas da vida comunitária, de sorte que “os indivíduos se deparam cotidianamente com o fato de que indivíduos ou conjunto de indivíduos têm maior ou menor possibilidade de impor a sua vontade a outros.” (VILA NOVA, 2004, p. 84). Com base nesse critério buscaremos entender as relações de poder nas edificações de Casa Grande e Senzala a partir das colocações de diversos autores.

### **Edificação da casa e da senzala: ordenamento do poder**

Por ocasião do processo de colonização do território brasileiro, inicialmente os portugueses fizeram uso da mão de obra indígena, mas a partir do século XVI, optou-se pelo emprego de escravos trazidos da África. Isso aconteceu porque os índios fugiam do trabalho na lavoura canavieira e também contavam com a proteção

dos jesuítas, o que, segundo Aquino *et al.* (1999), representava o crescimento de uma forte oposição entre os objetivos senhoris e os da Igreja.

Além disso, de acordo com Mattoso (1990), ao mesmo tempo em que era crescente a demanda de braços para as lavouras açucareiras, escasseavam indígenas no litoral brasileiro devido à ação dos bandeirantes. A escassez teria levado os portugueses a intensificar a busca de mão de obra escrava no Continente Africano, destacando-se os portos de comércio de Cabinda, Benguela e Luanda:

Entre 1502 e 1860, mais de 9 milhões e meio de africanos serão transportados para as Américas, e o Brasil figura como o maior importador de homens pretos. O século XVIII detém o recorde de importação: as Américas coloniais fizeram vir a elas 6 milhões e 200 mil escravos durante esse período. (MATTOSO, 1990, p. 19).

Mattoso (1990) caracteriza a relação existente entre a casa grande e a senzala expondo que, a primeira edificação mencionada representa a centralização do poder, e a segunda, a exclusão, sendo esta última, de acordo com Costa (1998), fundamental para a manifestação da discriminação racial que persiste na contemporaneidade: “O significado que as cores e as diferenças raciais adquiriram sobre o regime escravo ajudou a elaborar certos padrões de ajustamento inter-racial que, em muitos casos, persistiram” (COSTA, 1998, p. 14).

### **A casa e a Senzala: engenharia da centralidade do poder**

A casa grande apresenta características escravocratas e é o resultado de obras de engenharia que elucidam o imperialismo português na realidade brasileira (FREYRE, 2006). Revela a imposição da dominação do “adiantado” ao “atrasado” configurado no sistema patriarcal:

Ao mesmo tempo em que exprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à atrasada, uma imposição de formas europeias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical, representou uma contemporização com as novas condições de vida e de ambiente (FREYRE, 2006).

Nas obras de engenharia, o senhor do engenho ocupava um lugar cômodo de onde podia observar toda a extensão de suas propriedades e, inclusive a senzala. A senzala era o símbolo da vida cotidiana dos escravos e mostra, na sociedade açucareira, a afirmação da dominação do adiantado ao atrasado.

As obras de engenharia casa grande e senzala, mostram a primeira como centro da organização social, política e econômica da época. Construída estrategicamente próxima ao engenho, via-se, da edificação, de acordo com Freyre (2006), a senzala, a casa de farinha e a capela e todas as edificações interligadas umas às outras.

No contexto da casa e da senzala estava a Igreja. Como os indígenas, que viveram o processo religioso nos primeiros cinquenta anos de colonização portuguesa; os negros, vindos do Continente Africano, também foram submetidos a uma política de assimilação, na qual o objetivo principal da Igreja era a conversão ao catolicismo. Mesmo embebidos na política de assimilação, a rotina de exclusão era mantida, acompanhando-o até a morte, quando lhe era negado o direito de enterro em igrejas. Por ocasião da morte, os cadáveres dos escravos eram enrolados em esteiras e depositados no cemitério dos escravos que ficava perto da capela do engenho. Cruzes de paus pretos assinalavam sepulturas (FREYRE, 2006).

A trajetória do escravo, desde a África até a sua realidade no Brasil, foi marcada pela subjugação. Na África, eram aprisionados em guerras, acorrentados, marcados com ferro em brasa para serem identificados e, após eram vendidos aos comerciantes que os traziam para o Brasil em porões de navios. Muitos morriam durante a navegação e os que sobreviviam eram escravizados no Brasil. Contudo, a má alimentação, o trabalho pesado, doenças como a disenteria bacteriana<sup>8</sup> e o banzo<sup>9</sup> levavam o escravo a ter uma média de dez anos de vida no trabalho, ou seja, de vida útil aos interesses dos senhores. (AQUINO et al, 1999).

Além do trabalho pesado, os escravos eram punidos severamente, e, em alguns casos, amarrados em troncos e açoitados. Muitos negros não aguentavam tanto sofrimento e se feriam fatalmente, tirando a própria vida. Também, contrários à

---

<sup>8</sup> A disenteria bacteriana é uma doença que se desenvolve no intestino.

<sup>9</sup> O banzo é considerado uma doença da tristeza.

escravidão, muitos tentavam matar seus feitores de alguma forma. Todavia, mesmo em meio a tanto sofrimento, os negros mantiveram muito de suas culturas e de seus costumes, o que com o passar do tempo somou-se à cultura brasileira. Na época, segundo Freyre (2006), o samba dos negros era tido como imoral. Hoje é uma característica da cultura popular brasileira.

Para controlar os escravos, foi criada a atividade dos “Capitães do mato”, homens livres e pobres, que trabalhavam para ganhar certo prestígio com seus senhores. A maioria eram escravos libertos que se prontificavam a “caçar” os que buscavam o direito de liberdade a partir de revoltas e fugas. Mas, para tornar-se capitão, havia algumas restrições; era necessário que o patrão reconhecesse nos candidatos “bons antecedentes”, ratificados por uma recomendação prestigiosa. Por isso, o interessado em tornar-se capitão do mato deveria se apresentar a um “homem-bom”, que o recomendaria às autoridades locais. Apesar de tudo, havia certa preocupação por parte dos superiores em relação ao trabalho dessas pessoas, por isso, enviavam alguém para verificar a conduta dos mesmos assegurando-se de que cumpririam corretamente a função que lhes fosse confiada (AQUINO et al., 1999).

Os escravos eram submetidos à realização de todas as atividades manuais. Por exemplo, alguns escravos, principalmente mulheres, participavam da vida na casa grande, escravos selecionados, designados “ladinos” (negros já aculturados), que sabiam o português e mostravam habilidades na realização de tarefas domésticas. As mulheres escravas negras, além de cozinheiras, arrumadeiras e amas de leite, exerciam também um papel sexual no cotidiano dos senhorios da casa grande.

Segundo Aquino e outros (1999), a vida sexual da mulher brasileira era marcada por extremos: as brancas eram ensinadas e pensar o ato sexual com seus maridos como uma obrigação matrimonial que tinha como objetivo a geração de filhos e não como fonte de prazer; as negras, envoltas na mística dos adjetivos da sensualidade e perversão aguçadores dos desejos dos brancos, eram utilizadas como objetos de prazer para os senhores e seus filhos. A adjetivação relegada à mulher negra deu origem a uma mentalidade permissiva à violência sexual contra as

mulheres originárias das classes trabalhadoras. Situação presente na atualidade de Brasil.

Coelho (2007) explica que na obra *Casa Grande e Senzala* é possível compreender o fenômeno miscigenatório do povo brasileiro. De acordo com Freyre (2006), a escassez de mulheres brancas, nos primeiros anos de colonização, somada à relação entre senhores e escravas, ou entre superiores em relação aos inferiores, entre senhores sádicos com escravas passivas, contribuíram para o fenômeno.

### **Considerações finais**

Tendo como critério a interpretação da teoria weberiana feita por Vila Nova de que os fatos mostram que “indivíduos ou conjunto de indivíduos têm maior ou menor possibilidade de impor a sua vontade a outros”, somado a vozes dos autores, cujas obras, nos permitiram essa construção textual, podemos dizer que:

- ✓ A ocupação do território brasileiro foi construída sob a identidade de um povo dividido em superiores e inferiores, haja vista a forma como a expressão do poder dos bandeirantes, a serviço dos senhores das casas grandes, foi aceita pelo próprio Estado que permitia a captura, comércio e, inclusive, matança dos índios que não aceitassem a dominação;
- ✓ Em relação às organizações e o processo de uso do poder, visto na relação entre Estado, senhores e Igreja, observamos que, ao mesmo tempo em que a Igreja “defendia” o índio fora da casa grande, nela, era conivente com a manutenção da situação de inferioridade à que era submetido o escravo africano, contribuindo para a sua aculturação e, inclusive, enterrando em locais diferenciados do branco;
- ✓ Em relação à mulher, podemos dizer que o estudo mostra a relação de sujeição do gênero feminino ao gênero masculino. Notamos o acentuado patriarcalismo da sociedade brasileira, tanto em relação à mulher branca, subordinada ao papel de procriar, quanto à mulher preta, vinculada aos prazeres e deleites dos senhores e a realização de atividades domésticas;

- ✓ No que diz respeito ao escravo liberto que aceita o papel de feitor, observamos a adesão dos excluídos ao modelo de mando instituído, como caminho para a inclusão social.
- ✓ Num todo, no período, o poder esteve concentrado no meio rural, em casas grandes, dominadas por senhores de escravos. A expressão desse mando ficou visível na organização da engenharia das construções e seus usos, onde, conforme Mattoso (1990) está materializada a centralização do poder na casa grande, e a exclusão e subjugação, na senzala e, conforme Freyre (2006), a imposição da dominação do “adiantado” ao “atrasado”, configurando o sistema patriarcal;
- ✓ Dessa organização fundamentada numa sociedade de senhores e de escravos, temos como resultado uma sociedade miscigenada, na qual permanece a expressão e o uso abusivo do poder patriarcal e de mando, corroborando para a permanência da acentuada diferença econômica e social que, ainda hoje, separa os brasileiros.

Realçando a visão de muitos e complementando a de outros, a disciplina de Sociologia, no primeiro semestre do Curso de Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Câmpus de Frederico Westphalen, mostrou-nos o quanto é importante realizar estudos com enfoque sociológico.

Além de fazermos o uso de livros como *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, de Gilberto Freyre, detivemos, em mãos, outros livros-documentários como o de Mattoso e o de Aquino, que nos auxiliaram na formulação do presente artigo. Além disso, é preciso ressaltar que este estudo contribuiu também para com o conhecimento da relação entre edificação e ambientação do usuário.

Ressaltamos ainda que esta pesquisa contribuiu intensivamente para a agregação de informações acerca da história brasileira em diferentes campos e visões como a da cultura, do poder, da relação entre as obras literárias e a história. Tivemos por base bibliográfica um dos livros mais importantes, se não o mais importante da

historiografia brasileira: a obra de Gilberto Freyre com os relatos de fatos sociológicos, geográficos e científicos do período da Colonização brasileira.

## Referências

AQUINO, Rubim Santos Leão de, et al. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COELHO, Claudio Marcio. **Gilberto Freyre: indiciarismo, emoção e política na casa-grande e na senzala**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à Colônia**. São Paulo: UNESP, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira tradicional sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

## **Edificações e relações econômicas na casa senhorial e senzala**

**Leonardo Rubin<sup>1</sup>**  
**Cristian Turchetto<sup>2</sup>**  
**João Alberto dos Santos<sup>3</sup>**  
**Eliandro Gonçalves<sup>4</sup>**  
**Jonas Sponchiado<sup>5</sup>**  
**Jussara Jacomelli<sup>6</sup>**

### **Considerações iniciais**

Este texto teve como objetivo desenvolver um estudo aplicando um conceito sociológico para a interpretação dos fatos sociais. Adotamos assim, o conceito de que a sociedade se move pela contradição, conforme teoria marxista. O estudo foi realizado a partir de uma breve revisão literária sobre a economia cafeeira desenvolvida no Sudeste Brasileiro e Minas Gerais.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Engenharia Civil, da Universidade regional Integrada do Alto Uruguai e Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. E-mail: brunakauanacorrea@gmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Engenharia Civil, da Universidade regional Integrada do Alto Uruguai e Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. E-mail: brunakauanacorrea@gmail.com.

<sup>3</sup> Acadêmico do curso de Engenharia Civil, da Universidade regional Integrada do Alto Uruguai e Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. E-mail: brunakauanacorrea@gmail.com.

<sup>4</sup> Acadêmico do curso de Engenharia Civil, da Universidade regional Integrada do Alto Uruguai e Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. E-mail: brunakauanacorrea@gmail.com.

<sup>5</sup> Acadêmico do curso de Engenharia Civil, da Universidade regional Integrada do Alto Uruguai e Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. E-mail: brunakauanacorrea@gmail.com.

<sup>6</sup> Professora e pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Doutora em Desenvolvimento Regional; Mestre em História. E-mail: jacomelli@uri.edu.br.

## **Abordagem sociológica: estudo da sociedade tendo como centralidade a atividade econômica**

Os homens são seres sociais porque não vivem sozinhos, vivem em sociedade e, assim, interferem na vida uns dos outros (CHARON, 1999). Para viver, o homem precisa suprir suas necessidades e, para isso, faz uso do trabalho, com o que obtém os bens de que necessita. Segundo Oliveira (1989), os homens utilizam-se de todos os recursos naturais: o solo para o desenvolvimento da agricultura e pecuária; o subsolo para desenvolver a mineração; e os rios e quedas d' água para navegação e produção de energia elétrica e, também, fazem uso de recursos construídos, ou seja, de bens materiais.

Ao viverem em sociedade, as pessoas participam diretamente da produção, da distribuição e do consumo de bens e serviços, ou seja, participam da vida econômica da sociedade. Assim, o conjunto de indivíduos que participam da vida econômica de uma nação é o conjunto de indivíduos que participam da produção, distribuição e consumo de bens e serviços (OLIVEIRA, 1989, p. 45).

Além de fazer uso dos bens materiais, os homens os distribuem e deles usufruem de forma desigual. Essa forma concentradora e desigual de utilização dos bens é explicada de diferentes formas. Na teoria marxista encontramos o conceito de que a sociedade se move pela economia e pela contradição em vista de que a sociedade capitalista é formada por classes sociais que são antagônicas porque uma classe detém os meios de produção e a outra, a mão de obra. Essa sociedade é contraditória e essa contradição é, também, a base que move a mesma. Desta forma, o fato social ou os fatos sociais são, ao mesmo tempo, o produto e processo da contradição que caracterizam as relações econômicas, sociais e políticas feitas pelos homens.

## **A casa grande e a senzala: edificação e relações econômicas**

A produção cafeeira teve no Sudeste brasileiro o berço de seu desenvolvimento histórico de projeto econômico nacional. A visão dessa sociedade

foi colocada por Costa (1998, p. 334), como economicamente fundamentada na cafeicultura e no trabalho escravo. Do escravo, “[...] esperava-se humildade, obediência, fidelidade”, sob o comando de senhores, caracterizados como “autoridades benevolentes.” (COSTA, 1998, p. 334). Segue o mesmo autor mostrando que nem sempre as expectativas eram satisfeitas, porque, às vezes, o escravo praticava desatinos e o senhor “[...] excedia-se nos castigos, era violento e cruel.” Legislativamente a palavra de um escravo de nada valia. Quanto a isso, afirma Costa (1998, p. 334): “Até as vésperas do movimento abolicionistas, o depoimento do escravo nada valia”.

Conforme Martins (1990, p. 37), “[...] de 1830 a 1870, o Vale do Paraíba Fluminense e Paulista foi o grande produtor de café no Brasil. Vassouras era uma das cidades cafeeiras mais expressivas do Rio de Janeiro.” Mas, nos primeiros tempos de exportação cafeeira, “[...] o Maranhão ocupou o primeiro lugar, enquanto São Paulo responsabilizava-se por apenas 0,1% da comercialização internacional. Minas Gerais, por sua vez, produzia para o mercado interno” (DEL PRIORE, 2006, p.131).

A organização da exploração econômica no Brasil, baseada na grande propriedade e na lavoura de exportação, segundo estudiosos, não poderia acontecer sem mão de obra abundante para ser explorada. Sem poder explorar a mão de obra indígena, “[...] e precisando de mão de obra, não a tendo em quantidade suficiente em Portugal e não podendo usar o braço assalariado, o colonizador adotou a alternativa de uso do braço africano.” (LOPEZ, 1993, p. 38). Segue o mesmo autor expondo as condições sub-humanas e mercadológicas à que eram submetidos os africanos:

O negro chegava ao Brasil depois de adquirido na África em troca de bugigangas e quinquilharias e por meio da intermediação muçulmana. Vinha nos navios “tumbeiros” e, em regra, durante a viagem, chegava a morrer de 40 a 50% da “carga”, fato que encarecia muito as “peças” que sobravam. As condições sub-humanas de tal viagem provocavam as primeiras revoltas. Não era à toa que os traficantes evitavam colocar nos porões de seus navios, escravos de mesma origem cultural e que, portanto, pudessem se entender pela língua.

Uma vez no Brasil, o negro, antes de ser vendido, era posto de quarentena para se ver se não contraía nenhuma doença contagiosa. Isso feito “era, então, negociado” (LOPEZ, 1993, p. 39).

Além de submetido a processos de humilhação, como o descrito por Lopes, os escravos realizavam todas as atividades braçais. Cabia a eles, os serviços de produção e de transporte, além dos da casa. Os escravos trabalhavam forçados e vigiados. Por isso, a casa grande era como uma fortaleza:

A casa grande, além de ser residência, funcionava como fortaleza, hospedaria, escola e até como banco. Junto à casa grande erguiam-se à capela, a senzala e as várias casas da fazenda, necessárias à produção de café. Da casa grande o senhor controlava tudo. Os negros que prestavam serviços na casa grande – empregados domésticos ou amas de leite – geralmente eram menos maltratados (ARRUDA, 1999, p. 66-69).

Da casa grande tudo era controlado, nada poderia fugir à regra. Era preciso produzir ordeiramente. O sistema de controle, idealizado pelos senhores, era controlado por feitores que obrigavam os escravos a cumprirem horários rígidos. Também havia controle sobre a quantidade e a distribuição da ração diária. Conforme Costa (1998, p. 292-293):

Na zona rural, o horário e o ritmo de trabalhos eram marcados pelas atividades da fazenda; atingiam, em média, de quinze a dezoito horas diárias.

Mal anunciava a madrugada, antes mesmo do sol despontar, o som do sino ou do clarim ecoava pelos confins da fazenda despertando os escravos. Em filas, apresentavam-se ao feitor para receber as incumbências do dia. Os carros de bois levavam-nos para os cafezais mais distantes. A pé, enxada ao ombro, iam, outros, para os lugares mais próximos. Divididos em pequenos grupos, distribuía-se entre linhas de café. Fizesse sol ou chuva, frio ou calor, trabalhavam até nove ou dez horas sob a vista do feitor. Cantigas ritmadas acompanhavam o movimento das enxadas. As nove ou dez horas cessavam a labuta, era hora do almoço. As cozinheiras preparavam a refeição ao ar livre em grandes caldeirões. Meia hora mais tarde, recomeçava o serviço, interrompido há uma hora para o café com rapadura. Nos dias frios ou chuvosos, a cachaça substituíria o café. Uma ceia ligeira encerrava o serão: os pretos recolhiam-se às senzalas, onde ficavam fechados até o dia seguinte.

A agricultura cafeeira era dependente da importação de escravos e de alimentos. Para Linhares (1990), neste período foi significativa a relação entre o aumento do consumo de alimentos para classes populares e o aumento populacional nas primeiras décadas do século XIX, o que significa dizer que foi expressivo o aumento das importações de escravos:

Desde finais do século 18 até pelo menos 1825, no Rio de Janeiro, os preços dos alimentos ligados à dieta das classes populares e dos escravos apresentam uma taxa de crescimento superior à do açúcar branco exportado. As saídas de reses, toucinho e carne salgada de MG pelo registro do presidio do Rio Preto entre 1818 e 1828 aumentam em mais de 170%. No período 1824 a 1830 as saídas de porcos, pelo mesmo registro, crescem a uma taxa anual (17,4%) superior à das saídas do café pelo porto do RJ (12,2%). Perpassando tais movimentos temos um próprio crescimento demográfico: a saída do Rio de Janeiro amplia sua população em 159,1% entre 1799 e 1821; a comarca mineira do Rio das Mortes (área voltada para o abastecimento interno), de 1776 à 1821, vê o seu número de habitantes aumentar 158%. Quanto ao tráfico atlântico de cativos, de 1795 a 1830, entraram mais de 650 mil africanos pelo porto carioca, à uma taxa anual de 5,1%. De 1815 até 1830, portanto, já na fase b do ciclo, [...], as importações de africanos crescem em uma taxa anual superior a 4% (LINHARES, 1990, p.148).

Nessa sociedade, constituída pela maioria escravizada, característica do modelo de produção adotado, a senzala precisava ser fiscalizada e, por isso, ficava próxima da casa grande. Explica Costa (1998, p. 294) que os edifícios “[...] na grande maioria, eram alongados, de forma retangular, construídos de pau a pique e cobertos de sapé, sem janelas, tinham uma única porta, e aberturas de trinta e quarenta centímetros na parte superior, junto à cobertura.” E quando havia janelas, “[...] eram fechadas por grades, o que refletia a preocupação de impedir fugas.” (COSTA, 1998, p. 294).

A produção cafeeira, construída inicialmente com trabalho escravo, com o tempo se tornou onerosa. Isso devido ao preço de compra de um escravo; ao tempo de vida útil de um escravo; a proibição do tráfico internacional de escravos e devido à legislação brasileira que anunciava o fim da legalização da escravização. Diante disso, buscou-se a substituição da mão de obra escrava pela do imigrante europeu:

Com o objetivo de promover pouco a pouco a substituição do braço escravo na lavoura de café, recorreu-se, nos meados do século XIX, à colonização estrangeira, sob sistema de parceria. Pretendia-se, dessa maneira, conciliar fórmulas usadas nos núcleos coloniais de povoamento com as necessidades do latifúndio cafeeiro. Contava-se com a experiência dos núcleos coloniais de povoamento cuja criação desde a vinda da Corte de D. João VI para o Brasil tinha sido estimulada. A partir de então, havia-se rompido definitivamente com as tradicionais restrições à fixação de estrangeiros na colônia. Estimulava-se a vinda de imigrantes. Os objetivos dessa política eram sobre tudo demográficas. Reconhecia-se a necessidade de povoar o país e para isso se recorria à colonização. No Espírito Santo, Rio de Janeiro, em São Paulo, Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, forma seus primeiros núcleos (COSTA, 1999, p. 195).

Com a entrada do imigrando europeu, a mão de obra escrava deixou de ser necessária na lavoura cafeeira. Ficou vantajoso para o europeu adotar o sistema de parceria, assalariamento e outros. O escravo foi sendo liberto, mas sem direitos.

### **Considerações finais**

Após este pequeno estudo, podemos dizer que a sociedade brasileira se assenta em um modelo de produção caracterizado por contradições extremas. Contradições que produzem um movimento organizativo baseado em alguns aspectos como:

- A produção cafeeira dependia de mão de obra escrava e, para manter a produção, foi intensa a importação de escravos. A forma de introdução do escravo africano no Brasil, o trabalho forçado e as condições de vida a que era submetido determinaram a abreviação da vida útil dos mesmos.
- A lavoura cafeeira dependia de alimentos produzidos em outras regiões, o que contribuiu para a geração de uma rede de comércio interno inter-regional.
- Na época, a partir de 1850, o tráfico de escravos foi proibido internacionalmente, situação que levou o Império brasileiro a dar continuidade na colonização do Brasil com mão de obra europeia.
- O escravo nunca aceitou a sua condição e sempre que podia mostrava-se contrário ao modelo, o que prejudicava a produção.
- O Colonizador passou a ver no imigrante europeu a solução para a instabilidade de oferta de mão de obra, para a segurança das posses territoriais e para a obtenção de melhores resultados na produção.
- A engenharia da casa grande e da senzala mostra o controle de uma classe sobre a outra e evidencia o desgaste de um modelo caracterizado pela prática da dominação/subordinação com o aval da legislação, do uso da violência e do potentado do poder local (dos senhores).

Nos aspectos citados observamos a contradição como elemento presente no modelo econômico cafeeiro e como elemento determinante no processo de esgotamento e de reorganização do mesmo. A contradição gerou o movimento de mudança da mão de obra escrava para a do imigrante sob a forma de assalariamento, de parceria e outros. A contradição está presente na obra de engenharia e na organização da casa grande e da senzala que, desde a sua gênese, condiciona o poder de uma classe social sobre a outra; o poder do mando e do controle dos senhores sobre os escravos e, igualmente, os benefícios para os senhorios e familiares.

A casa grande e a senzala são edificações que mostram uma sociedade constituída pelo distanciamento social e pela valoração do econômico e do poder. Desde os tempos antigos, a vida em sociedade se construiu na dependência das pessoas em relação à exploração e distribuição dos recursos entre si. No Brasil, por ocasião da tomada do território por Portugal, foram tomados também os recursos naturais e as potencialidades territoriais produtivas. Para a exploração do potencial econômico do território recorreu-se ao “uso” de índios e escravos e, posteriormente, de imigrantes europeus. A participação desses sujeitos, para extrair e produzir riquezas, no entanto, raramente significou participação no usufruto dos benefícios, situação que mantém até na atualidade, uma expressiva diferenciação social.

Este estudo também mostrou o poder de intervenção e de decisão dos que detêm os recursos econômicos sobre a vida de uma coletividade. Na época, quem determinava o lugar e o tipo de habitação para os escravos, eram os senhores. Quem determinava as condições de vida e o lugar de cada um, eram, igualmente, os senhores. Isso nos permite pensar em como, nos dias de hoje são feitas as políticas habitacionais: Quem decide? Como decide? Além de questionarmo-nos, este estudo, permitiu-nos, como acadêmicos, enxergar o outro e a importância de considerar este outro nas obras, nos empreendimentos da engenharia, dos quais seremos responsáveis.

## Referências

ARRUDA, Jose Jobson, **Brasil: Período Colonial**. São Paulo, Ática, 1999.

CHARON, Joel M. **Sociologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à Republica**. São Paulo: UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: UNESP, 1998.

DEL PRIORE, Mary. **Uma História da Vida Rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Colonial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

MARTINS, Ana Luiza. **Império do café à grande lavoura no Brasil - 1850 a 1890**. São Paulo: Atual, 1990.

OLIVEIRA, Persio S. **Introdução a Sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.

*PARTE III: ENGENHARIA E RELAÇÕES  
SOCIAIS: RIO GRANDE DO SUL – XV-XVIII*

## **Edificações e relações de poder na sociedade missioneira**

**Iracema de Souza<sup>1</sup>**  
**Bruna Brauner<sup>2</sup>**  
**Taís Zeida<sup>3</sup>**  
**Aline Mazzonetto<sup>4</sup>**  
**Edicléia Tiburski<sup>5</sup>**  
**Jussara Jacomelli<sup>6</sup>**

### **Considerações iniciais**

Esta construção textual resultou de estudos bibliográficos realizados na disciplina de Sociologia. Teve como objetivo estudar a participação indígena na formação da sociedade Rio-Grandense e aplicar metodologias baseadas em teorias explicativas da sociedade como uma forma de entendê-la. Também visou responder a normatização prevista na Lei 11.645/2008 que institui a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afrobrasileira e indígena em instituições de ensino. Coube a nós realizar um estudo sobre as edificações e as relações de poder alimentadas na sociedade missioneira, considerando conceitos Weberianos de análise social. Segundo Tomazi et al. (2000), na concepção Weberiana, a sociedade pode ser compreendida a partir do conjunto das ações individuais reciprocamente referidas.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Câmpus de Frederico Westphalen. E-mail: naalbarelo@hotmail.com

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Câmpus de Frederico Westphalen. E-mail: brunaka30@hotmail.com

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Câmpus de Frederico Westphalen.

<sup>4</sup> Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Câmpus de Frederico Westphalen.

<sup>5</sup> Bacharela em Administração e está cursando Bacharelado em Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Câmpus de Frederico Westphalen. E-mail: edicleia.tib@hotmail.com

<sup>6</sup> Professora e pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Doutora em Desenvolvimento Regional; Mestre em História. E-mail: jacomelli@uri.edu.br.

## **Abordagem sociológica: edificações e relações de poder na sociedade missioneira**

Estudar a relação entre edificações (obras de engenharia) e relações de poder na sociedade missioneira é algo que nos leva a pensar, inicialmente, nos aspectos gerais do poder no Brasil. Por isso, iniciamos esta produção textual, com a fala de Vita (1999), para quem:

O Brasil é ainda um país de mandões. Não é nada incomum se ouvir, especialmente de autoridades e pessoas em posição hierárquica ou social superior aquele famigerado: “você sabe com quem está falando?”, que não espera outra coisa a não ser a obediência como resposta. [...]. Esse mandonismo não se limita as relações entre governantes e governados ainda que ai ele apareça de forma mais visível, especialmente na vigência de regimes políticos autoritários (VITA, 1999, p. 47).

A sociedade é formada por relações sociais que fazem circular relações de poder. As relações sociais alimentam a vida em sociedade, por isso, talvez, tem sido tão importante explicar a relação entre as ações pessoais e a sociedade. Essas questões, entre outras, diferenciam as teorias de estudiosos da sociedade. Para Weber, segundo Tomazi et al. (2000, p. 19), “[...] a sociedade não é exterior ou superior aos indivíduos [...]”, mas, “[...] pode ser compreendida a partir do conjunto das ações individuais reciprocamente referidas”.

Implícitas nessa tipificação teórica estão as características de poder. Charon (2001), ao tratar sobre o poder social traz três definições de poder: o poder como *capacidade de fazer valer a vontade. É potencial*. Esse poder contém a ideia de *no futuro* poder impor uma vontade pessoal a outros; poder como *efetivo, concebido* a partir de já ter feito valer a vontade sobre os outros - já realizado (uma ação passada consagra o presente), exercido (o sujeito já conseguiu impor sua vontade aos outros por isso continua usufruindo do poder) e poder como *tentativa* de fazer valer a vontade ou poder *exercido* (exercer o poder ao tentar negociar algo).

Procuramos, assim, nesse estudo, aplicar o conceito de que as características de poder constituídas pelo indivíduo precisam ser reciprocamente referidas para terem validade no grupo. Quando isso ocorre, o poder se torna efetivo. Ou seja,

procuramos ver nas edificações e relações de poder, manifestações de poderes personalizados e reciprocamente referidos pelo grupo.

### **Edificação missioneira: o ordenamento do poder**

A organização missioneira abrangeu o Centro-norte do Estado do Rio Grande do Sul, apresentando expressiva concentração no Noroeste entre os Rios Uruguai e Jacuí. A figura 01 mostra a primeira fase do desenvolvimento dos povoados missioneiros, totalizando dezesseis agrupamentos. Ocorreu no período de 1626 a 1641. Foram destruídas pelos ataques dos bandeirantes paulistas que buscavam índios para vender aos produtores de arroz em São Paulo e aos produtores de cana de açúcar no Nordeste brasileiro. Ao transferirem os índios para a banda oriental do Rio Uruguai, os jesuítas deixaram na região boa parte do gado que, criado solto, se desenvolvia e continuava a acirrar a cobiça dos bandeirantes (KÜHN, 2007).

Figura 01- Primeira fase do desenvolvimento dos Povos Missioneiros no território do Rio Grande do Sul - 1626 a 1641



Fonte: Autores.

A segunda fase de povoamento deu origem aos Sete Povos das Missões. Os Sete Povos das Missões foram fundados no Estado do Rio Grande do Sul, no séc. XVII, sendo o primeiro deles, São Miguel das Missões (1632). Nos estudos de Lazzarotto (1982), encontramos uma breve caracterização de cada um dos Sete Povos das Missões:

SÃO FRANCISCO BORJA: Essa comunidade foi fundada em 1682. No início era apenas uma espécie de colônia. A ela foi agregada a aldeia Jesus-Maria dos Guenoas. Com isso, em 1707 chegou a contar com 2.814 almas.

SÃO NICOLAU: Em 1651 a esse povoado foi agregado o Povo de Apóstolos e Índios, comunidade de fugitivos da região do Tape e da Redução desse mesmo nome. Somando os dois grupos, em 1707, o povoado passou a contar com 5.386 almas.

SÃO LUIS GONZAGA: Esse povoado foi formado por povos descendentes das antigas reduções de São Joaquim e de Santa Tereza, chegando em 1687 a ter 2.922 pessoas. Em 1707, contudo, a população diminuiu para 1.997 almas.

SÃO MIGUEL ARCANJO: Foi fundada em 1632, pelo Padre Cristóvão de Mendonça na margem direita do Rio Ibicuí. Fugindo dos bandeirantes, sua população refugiou-se nas proximidades de Conceição. Em 1707, contava com 3.110 almas.

SÃO LOURENÇO MÁRTIR: Comunidade fundada em 1690 com índios do povo de Santa Maria Maior, descendentes dos fugitivos de Guaíra. São Lourenço Mártir foi fundado pelo Padre Bernardo de La Veja, e abrigou 3510 pessoas. Em 1707, este número chegou a 4.519 almas.

SÃO JOÃO BATISTA: Em 1697 o Padre Antônio Sepp fundou o local para abrigar parte da população do Povoado de São Miguel. Isso porque se entendia que as redondezas do Povoado de São Miguel não permitiam o sustento de toda a sua população. Então, de lá saíram 2.832 pessoas, dando origem ao Povo de São João Batista. A construção da Igreja teve início em 1708, ano em que o povoado contava com mais de 3.400 almas.

SANTO ÂNGELO CUSTÓDIO: O povoado de Conceição abrigava o maior número de índios fugidos dos bandeirantes, mas o seu espaço territorial era pequeno. Por isso, em 1707, o grupo transpôs o Rio Ijuí e fixou-se onde hoje se ergue a cidade do

mesmo nome. No início, eram 2.879 almas. O povoado foi fundado pelo Padre Diogo de Hasse.

Os Sete Povos das Missões, foram organizados a partir de 1682 e corresponderam a segunda fase da organização missioneira (FLORES, 1993). Segundo Lazzarotto (1982), os Sete Povos formaram uma província, na qual cada povoado contava com relativa autonomia interna.

Os índios do Rio Grande do Sul, mesmo que situados em território espanhol (Tratado de Tordesilhas), foram considerados pelos portugueses como “servis” e, por isso, suas organizações eram constantemente atacadas por bandeirantes paulistas. Os ataques dos paulistas não “incomodavam” somente as organizações indígenas, mas, também, ao governo espanhol, o qual:

Procurando deter o avanço português em direção ao Sul, [...] ordenou a fundação de povoados a partir do Rio Uruguai, ocupando as terras com estância e lavouras. Por falta de população branca, os guaranis com os padres jesuítas reiniciaram, a partir de 1682, a segunda fase das reduções jesuíticas, chamada de Sete Povos. Os Sete Povos estavam organizados a semelhança dos povoados espanhóis: com uma praça central tendo em volta as diferentes edificações (FLORES, 1993, p. 29).

Sofrendo constantes ataques e fragilizados por doenças, os índios passaram a enxergar as reduções como uma solução. As reduções eram um sistema produtivo caracterizado como um modelo produtivo onde havia enxada, arado, adubação, irrigação, rotação de culturas, produção de sementes e, no geral, uma economia planejada. Para o governo espanhol, ao serem aldeados, os índios garantiam a posse da terra e, ao mesmo tempo, aprendiam normas e serviam ao governo espanhol:

O rei de Espanha concedia o território em *enfitese* aos jesuítas para construção de pueblos. A *enfitese* era um contrato pelo qual o rei transferia o domínio útil de uma área, sem que perdesse a propriedade. Os índios missioneiros eram considerados súditos do rei, como tal pagavam o imposto de captação e prestavam serviço de milícia. Os territórios das missões jesuíticas pertenciam ao vice-reino do Peru. O vice-reino convocava os missioneiros para o serviço militar e concedia licença para usarem armas. As reduções do atual Rio Grande do Sul e da Argentina estavam subordinadas ao governador de Buenos Aires, que convocava os índios para serviço militar e pra construção de obras públicas (FLORES, 1993, p. 38).

Como súdito do Estado Espanhol, o índio passou a servir o governo com produção, impostos e prestação de serviço militar, entre outros aspectos. No entanto, para que as reduções funcionassem, não bastava à normatização espanhola, era preciso construir um corpo de poder interno que fosse entendido pelo indígena como legal, do qual se sentisse participante e integrado na estrutura de poder. Para isso, foi criada a política missioneira, assim descrita por Lazzarotto (1982):

O governo de cada povo imitava o das cidades coloniais espanholas. No primeiro dia de cada ano elegia-se o cabildo que governaria o povo naquele ano, sendo os eleitos, por formalidade, aprovados pelo governador de Buenos Aires.

Cada povo dividia-se em classes, segundo o ofício, tinham alcaides próprios: velhos de conduta exemplar. Os meninos e as meninas, a partir dos cinco anos, eram confiados a alcaides ou aias, respectivamente, que os deveriam assistir tanto material como espiritualmente, bem como procuravam habituá-los desde pequenos aos trabalhos a que seriam destinados.

Cada povo dividia-se em parcialidades que levavam nomes de santos, de oito a dez, conforme a população. Cada parcialidade era assistida por quatro a seis caciques a quem eram confiadas de quarenta a cinquenta famílias a zelar, determinar e controlar o trabalho, distribuir terras etc.

O cacicado era hereditário, continuação do cargo de quando ainda selvagens e constituíam certa nobreza. No entanto nos trabalhos não havia privilégios. (LAZZAROTTO, 1982, p. 22).

A política missioneira era, apesar das divisões de cargos, orientada e conduzida pelos padres missioneiros. “O padre cura e o padre companheiro (adjunto) evangelizavam e administravam cada povoado, auxiliados por irmãos (fráter) que ensinavam as profissões” (FLORES, 1993, p. 33). Por exemplo, segundo o mesmo autor, havia o pátio das oficinas. Nele, estavam construções onde trabalhavam artesões como: tecelões, carpinteiros, escultores e fabricantes de instrumentos musicais.

A praça era a edificação do espaço cívico religioso, simbolizado por uma cruz latina em cada canto e uma coluna com o orago do povoado. A praça era o local das procissões, jogos, danças e teatros que aconteciam aos domingos e feriados. Num dos “cantos” estava “[...] o complexo formado pela igreja, residência dos padres, cemitério, cotiguaçu<sup>7</sup>, colégio, oficinas e horta.” Homens e mulheres ocupavam lados

---

<sup>7</sup> O “cotiguaçu – casa grande – era uma espécie de asilo-orfanato-albergue, amuralhado, situado ao lado do cemitério. Ele acolhia os órfãos, as viúvas, as mulheres abandonadas, as esposas de maridos que estavam viajando e, sobretudo, as mulheres de vida “censurável”. As hospedes do cotiguaçu

diferentes da Igreja e não havia bancos. Além disso, “Alcaides munidos de vara fiscalizavam para que não houvesse olhares entre homens e mulheres” (FLORES, 1993, p. 29). Também, durante a missa, os meninos que faziam parte do coro cantavam e, os demais, dançavam a maneira medieval. Ao agregar a dança no ritual litúrgico, os jesuítas traziam o costume indígena de invocar seus deuses ao rezar. (FLORES, 1993). Entornando a praça, as casas indígenas, segundo descrição de Flores:

[...] eram semelhantes à primitiva casa indígena que abrigava vários indivíduos. Cada bloco estava dividido em vários cômodos, conforme o número de famílias. Na frente do bloco corria uma calçada coberta com telheiro, sustentado por pilares. Neste local, as mulheres teciam e fiavam cuidando das crianças. Cada cômodo tinha janela e porta para a calçada e apenas uma porta no lado oposto, coberto por outro telheiro e sem calçadas, onde as mulheres cozinhavam. Nas peças havia redes para o homem e para a mulher, as crianças dormiam em esteiras. No centro do quarto ardia o fogo para espantar os insetos e aquecer o ambiente. Animais domésticos viviam dentro da peça, deixando o chão sujo e mal cheiroso [...] (FLORES, 1993, p. 33-34).

### Considerações finais

Considerando a proposta de estudar a organização brasileira tendo como critério o conceito de que a sociedade pode ser compreendida a partir do conjunto das ações individuais reciprocamente referidas. No caso missioneiro, observamos que o Estado Espanhol, por si só, enquanto normatizador da vida em sociedade, provavelmente não conseguiria impor aos indígenas, as reduções. No entanto, havia o elemento *necessidade individual* de preservar a vida. Fragilizados por doenças europeias e pelos ataques bandeirantes que aprisionavam e matavam, os indígenas aceitaram a *proteção* dos padres jesuítas, submetendo-se às reduções.

Por outro, observamos que a política adotada nas missões considerou o “conjunto de ações individuais reciprocamente referidas”. Isso fica claro quando, por exemplo, no domínio e modelo espanhol ali estabelecido, foram incorporados os chefes locais, mantendo seus papéis. Por exemplo, “velhos com conduta exemplar”

---

moravam em peças coletivas, ligadas a um pátio interno por corredores cobertos. Uma porta, com duas chaves, controlava o ingresso e a saída do cotiguaçu” (MAESTRI, 2000, p. 61).

passaram a ocupar o papel de alcaide (para cada classe de atividade). Outro exemplo foi a manutenção dos caciques para o comando, o controle do trabalho, a realização da distribuição das terras e outros (para cada grupo de quarenta a cinquenta famílias). Também foi mantido o costume indígena de direito hereditário do cacicado.

Essas pequenas citações mostram que, conforme conceito Weberiano, a sociedade pode ser compreendida a partir das noções de poder construídas e alimentadas por ações individuais reciprocamente referidas. Nesse sentido, cabe a colocação de Vita (1999), para quem o Brasil é um país de mandões. Esta é uma propensão individual que tem sido alimentada, no caso em estudo, nas organizações espanholas, por normas de governo, pela igreja e, também, pelo jeito próprio dos indígenas de organizar a sociedade com classes e em papéis individuais de comandos.

Quanto à engenharia das edificações, podemos ver que ela contribuiu para alimentar o processo de absorção, pelos grupos, dos conceitos de dominação concentrados em indivíduos. Isso porque, a construção dos espaços atendeu a usos precisos e, ao mesmo tempo, viabilizou o controle do todo. Ou seja, o Padre, por exemplo, rezava e, ao incorporar a dança na música religiosa, obteve resposta positiva por parte dos indígenas. Com isso, a Igreja espanhola, passou a ser e ter centralidade, não só na geografia do espaço, mas na construção da rede de conceitos de reciprocidade referidos. Os espaços da casa, igualmente, determinavam onde aconteciam as atividades de gênero, como o das mulheres por exemplo. O corredor-tabuleiro, além de unir as casas, servia para levar a todos, principalmente às mulheres e crianças, a terem o olhar cotidianamente centrado na maior e principal edificação: a Igreja. Apresenta-se, assim, o papel das instituições, valorizado pelas edificações.

Observamos que o mandonismo, uma característica da sociedade brasileira, apesar de caracterizar um poder constituído pelo indivíduo, precisa para ser efetivo, ser referido por outros, pelo social. Olhando o papel do estado e da igreja, no caso em estudo, podemos dizer que seu domínio se tornou efetivo sobre as missões porque atendeu ao desejo indígena de ter a sua forma de organização respeitada. Forma de

organização centrada em indivíduos e papéis (funções) que foi incorporada ao modelo espanhol. Também, contribuiu para a absorção do poder da Igreja; do desejo individual de cada índio em defender a própria vida, o que explica, igualmente, a rejeição ao modelo bandeirante. Evidencia ainda que o conhecimento sociológico é válido tanto para a dominação, quanto para a libertação, como exemplifica a ação dos Jesuítas, que por conhecerem os conceitos de vida dos indígenas, conseguiram organizá-los também para atender as necessidades coletivas dos indígenas.

Na organização missioneira entender a participação do índio na formação da sociedade Rio-grandense foi um desafio que nos permitiu pensar a Sociologia, não como uma disciplina, mas como uma ciência do pensar a sociedade. Ao assim tratarmos essa disciplina, nós acadêmicos da engenharia civil, observamos o significado da cultura e de como ela faz parte da vida das pessoas, consolidando mandos, obediências, possibilidades e outros, seja em discursos, seja em edificações. Assim, toda obra tem implícito conceitos de vida.

## Referências

- CHARON, Joel M. **Sociologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.
- KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.
- LAZZAROTTO, Danillo. **História do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 1982.
- BRASIL. Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Brasília. Planalto. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)>. Acesso em: 14 maio 2015.
- MAESTRI, Mário. **Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2000.
- TOMAZI, Nelson Dacio et al. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 2000.
- VITA, Álvaro de. **Sociologia da sociedade brasileira**. 9. ed. São Paulo: Àtica, 1999.

## **Missões jesuíticas: edificações e relações sociais**

**Bruna Corrêa<sup>1</sup>**  
**Bianca Wecker<sup>2</sup>**  
**Fabiana Lopes<sup>3</sup>**  
**Priscila Lesczynski<sup>4</sup>**  
**Marcela Vargas<sup>5</sup>**  
**Yuri Martins<sup>6</sup>**  
**Jussara Jacomelli<sup>7</sup>**

### **Considerações iniciais**

Esta produção textual é resultado de estudos desenvolvidos na disciplina de Sociologia na qual buscamos aplicar um conceito da teoria de Durkheim para o estudo das sociedades. Escolhemos como critério, o conceito de que as normas são exteriores ao indivíduo e coercitivas e o aplicamos no estudo de fatos sociais relatados por alguns estudiosos da formação e organização dos Sete Povos das Missões em relação às edificações e ao cotidiano missioneiro. Como resultado, observamos que a vida em sociedade é regulada por normas e que, nas missões, a distribuição, a organização e os usos do local, bem como os rituais diários, permitiam e condicionavam os indivíduos à obediência a determinadas normas de vida em

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Engenharia Civil, da Universidade regional Integrada do Alto Uruguai e Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. E-mail: brunakauanacorrea@gmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Engenharia Civil, da Universidade regional Integrada do Alto Uruguai e Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. E-mail: biancawecker@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Engenharia Civil, da Universidade regional Integrada do Alto Uruguai e Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. E-mail: fabyloopez@gmail.com.

<sup>4</sup> Acadêmica do curso de Engenharia Civil, da Universidade regional Integrada do Alto Uruguai e Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. E-mail: lpriscilafernanda@yahoo.com.br.

<sup>5</sup> Acadêmica do curso de Engenharia Civil, da Universidade regional Integrada do Alto Uruguai e Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. E-mail: marcelabohnenberger@hotmail.com.

<sup>6</sup> Acadêmico do curso de Engenharia Civil, da Universidade regional Integrada do Alto Uruguai e Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. E-mail: yurimartins1@live.com.

<sup>7</sup> Professora e pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Doutora em Desenvolvimento Regional; Mestre em História. E-mail: jacomelli@uri.edu.br.

sociedade. Podemos dizer que todas as obras de engenharia observam normas e, por isso, também regram.

### **Abordagem sociológica: missões jesuíticas, edificações e relações sociais**

A análise da sociedade pode ser realizada com base nos fatos sociais, objeto de estudo da sociologia. Segundo Tomazi (2000), a sociedade é, para Durkheim, “um conjunto de normas de ação, pensamentos e sentimentos que não existem apenas na consciência dos indivíduos, mas que são construídas exteriormente, isto é, fora das consciências individuais”. Dessa forma, os fatos sociais são resultado das normas que são exteriores e coercitivas e como explica Oliveira (1999), o indivíduo ao não seguir a norma, ou o costume corre o risco de afastamento, o que equivaleria a uma penalização porque a sociedade ao criar uma norma coage o indivíduo a segui-la.

Também se destaca nessa linha de pensamento, que o indivíduo não nasce sabendo previamente as normas de conduta necessárias para a vida em sociedade. É a sociedade que organiza, condiciona e controla as ações individuais. Segundo Tomazi (2000), “O indivíduo aprende a seguir normas e regras de ação que lhe são exteriores – ou seja, que não foram criadas por ele – e são coercitivas – limitam sua ação e prescrevem punições para quem não obedecer aos limites sociais”.

### **Na engenharia urbana missioneira: cotidianos**

Neste estudo buscamos compreender como a sociedade influencia no comportamento do indivíduo, no caso dos indígenas missioneiros, com enfoque ao período de 1687 a 1750. Um período em que os Guaranis estiveram sob a organização de Jesuítas espanhóis. Golin (1999, p. 38) explica que “[...] as regiões de predominância guarani foram escolhidas pelos jesuítas para edificarem suas reduções.” Nelas, “os índios convertidos” ficaram “[...] conhecidos como os missioneiros por pertencerem às missões, povoados e cidades construídas pelos padres e guaranis” (GOLIN, 1999, p. 38).

Os povoados seguiam um padrão, onde se observava: no centro, uma praça quadrada; frente à praça, no lugar mais destacado, a igreja; ao lado desta, o colégio ou residência dos padres; na mesma linha, o cemitério, o asilo-orfanato, as oficinas artesanais, os celeiros coletivos. Também em frente à praça havia uma casa que servia de cabildo, a prisão, o hospital e a farmácia. Nos demais três lados da praça, erguiam-se as casas dos índios (FREITAS, 1982).

As casas ficavam dispostas em quadras paralelas e separadas por ruas espaçosas que se cortavam em noventa graus, desembocando na praça. Eram enfileiradas e rústicas. Construídas de madeira, troncos de árvores, esteiras e estacas, revestidas de argamassa de barro e capim, sendo a porta a única abertura. Com o passar do tempo, construíram casas cômodas, de adobe, tijolos e até pedra, cobertas de telhas. As casas seguiam um padrão. Não passavam em rigor de quartos de cinco metros por seis, dispostos em continuação uns aos outros – um quarto para cada família (FREITAS, 1982).

Kern (1982) explica que o padrão geométrico e regular da área urbana, repetiu-se em todos os povoados missionários, “[...] em cada quadra, casas baixas que se separam por ruas paralelas. Ao centro, uma praça, junto a qual se erguem a igreja, a “casa dos padres”, a “casa das viúvas”, as “lojas públicas”, o “[...] local de reunião do cabildo” (KERN, 1982, p. 209). Nesse desenho geométrico, conforme Freitas (1982, p. 45), “[...] todas as quadras tinham a mesma extensão. Havia um limite para o número de quadras de cada povoação; atingindo este limite, fundava-se nova redução. Os bairros congregavam índios de uma mesma tribo, cada uma com seu cacique”. A área rural, apresentava algumas diferenciações. Segundo Kern (1982, p. 210):

Essa forma de disposição espacial, semelhante entre todas as Missões, no que diz respeito a parte urbana, diferencia-se em muito quanto à área rural, pois não eram todas as que possuíam ervais e estâncias de gado, plantações de algodão ou vinhedo. Em todas elas, claro, as propriedades particulares (ou dos caciques) e a da comunidade, estão presentes, bem como pequenos curais (KERN, 1982, p. 210).

Os jesuítas organizaram hortas comunitárias. Nessas hortas utilizava-se também o conhecimento dos povos guaranis, considerados responsáveis pelas inovações na horticultura e na produção de cerâmica. Observa Glolin (1999, p. 37)

que os povos Guaranis, em relação a outros grupos, demonstravam “[...] possuir uma organização social mais complexa e conhecimentos tecnológicos superiores, notadamente na agricultura”. Além disso, no que diz respeito às edificações urbanas tinham o cuidado de selecionar o local: “[...] construíram as suas aldeias em colinas, nas clareiras das matas. Estrategicamente, elas ficavam próximas às fontes de água, aos rios e às várzeas propícias à agricultura” (GOLIN, 1999, p. 37).

Quanto a organização do espaço urbano, os padres tiveram o cuidado de oferecer um modelo urbano contendo espaços comuns e espaços específicos, codificados por uma espacialidade de dupla influência: “[...] espanhola no seu aspecto externo e na disposição espacial das ruas e quadras” e mantendo “[...] internamente, no interior das casas, a forma de organização social tradicional das tribos guaranis”, a exemplo, da “[...] manutenção das grandes casas comunais sob a liderança dos caciques.” (KERN, 1982, p. 212).

Limitando a área urbana (da cidade), foi implantada uma zona de terrenos concedidos às famílias para suas culturas particulares e para a realização das manufaturas. Nessa área foram estabelecidas as olarias, os fornos de fundição de ferro, os curtumes, matadouros, moinhos d’água e vento, fábricas de carros, carroças, armas e pólvora e os secadores de erva-mate. Também, os banheiros, as lavadeiras, as instalações hidráulicas para irrigação das lavouras, ficavam além da área urbana. (FREITAS, 1982, p. 45).

É preciso considerar que o Rio Grande do Sul, nos primeiros tempos, pelo Tratado de Tordesilhas pertencia à Espanha. A organização missioneira, dessa forma, pertencia à Espanha e, por isso, os índios eram considerados súditos do governo espanhol. Em vista disso, todas as vezes que os guaranis-missionários eram chamados pelos Governadores, atendiam-nos. Mas, eles lutavam não só contra os luso-brasileiros, também iam contra os inimigos exteriores, índios infiéis e súditos (da coroa) considerados rebeldes (SANTOS, 1997).

Além da observância das normas do Estado, o índio Guarani, nas missões jesuíticas, era orientado pelos padres. Toda a obra de engenharia das Missões contribuía para a normatização religiosa da vida na comunidade. Estrategicamente, as igrejas, imponentes, eram construídas “[...] no ponto de fuga da grande avenida

que desembocava na praça”. Isso porque “[...] possuíam importantíssima função simbólica e ideológica” e “eram construídas para abrigar toda a comunidade de uma redução” (MAESTRI, 2000, p. 60). Nela os índios absorviam conceitos, normas de vida. O poder desses conceitos e normas condicionava a ação dos índios. Mas, não conseguiu suprimir toda a cultura indígena, como mostra o relato que descreve a visão indígena sobre a morte a qual difere da visão da Igreja:

Um século após as primeiras reduções, ao igual dos guaranis ancestrais os missioneiros acreditavam ainda ser a morte um produto de fenômenos e acidentes extraordinários, naturais ou sobrenaturais, e jamais uma decorrência natural do próprio envelhecimento, o que sugere o caráter singular e superficial da cristianização dessas comunidades (MAESTRI, 2000, p. 64).

Nos Povoados Missioneiros, os rituais eram diários e [...] na saída da missa os adultos recebiam a ração diária e erva mate. Depois da refeição noturna, a comunidade se reunia na Igreja para orar. (FLORES, 1993, p. 29). Na praça, “[...] aos domingos e dias santificados os índios realizavam procissão, jogos, danças e teatro na praça” (FLORES, 1993, p. 33).

Figura 01: O anjo Gabriel.



Fonte: Escrivá, 2011, p 48.

A figura 01 é uma expressão da arte missioneira. Nela pode-se observar a técnica e a habilidade dos indígenas com o trabalho artístico. Costa, Fonseca e Schmitt (2004, p. 66) colocam que estudiosos da arte missioneira a caracterizam como *uma espécie de barroco crioulo*, o que, para eles se traduz como cópias:

Na ausência de artificios, os próprios padres elaboraram as primeiras estátuas e pinturas com motivos religiosos, reunindo elementos renascentistas, góticos, românticos e barrocos. Em seu aprendizado, os índios conheceram também estampas de obras de grandes mestres europeus. Assim, as estátuas imitavam meninas de Velázquez, anjos de Rubens, meninos de Murillo. Os guaranis copiavam com perfeição, mas, sem um modelo, eram incapazes de fazer o objeto. (COSTA, FONSECA, SCHMITT, 2004, p. 66).

O texto mostra uma arte que assume uma perspectiva para além do barroco. A perspectiva da arte *indígena*. Evidencia a capacidade de conhecer as técnicas, utilizar e inovar: capacidade inventiva, unindo técnicas europeias e indígenas.

### **Considerações finais**

Tendo como referência o conceito de que as normas são exteriores e coercitivas, uma vez que a sociedade organiza, controla e condiciona as ações do indivíduo, em relação à organização do espaço missioneiro, podemos dizer que:

O poder da norma pode ser visto na engenharia de uso e de organização do espaço missioneiro. As casas obedeciam a um mesmo padrão, como o tamanho dos quartos e observavam a mesma disposição geométrica. Nessa disposição geométrica e padronizada, erguia-se, como destaque, a praça e, no centro dessa, como ponto principal, a Igreja.

A Igreja possuía função simbólica e ideológica. Em meio a um cenário padronizado, os olhares convergiam para a imponência da mesma. Além disso, a Igreja foi feita para abrigar toda a comunidade. Nela todos, ao mesmo tempo, recebiam os mesmos conceitos e apresentavam os mesmos rituais. Nela e, convergindo para ela, aconteciam os ritos cotidianos, como a missa, a distribuição da ração diária e da erva-mate, os jogos, as festas, entre outros. As esculturas, apesar de conter traços indígenas, seguiam modelos europeus, o que mostra a influência da

cultura europeia sobre a indígena. Mas, também mostra a tendência indígena, mesmo que minimizada pelo poder da norma, de manter a sua identidade. Isso foi evidenciado tanto nos traços indígenas presentes na composição das obras de arte, como na forma de explicar a morte.

Ocupando lugar central, na engenharia da ocupação e distribuição do espaço, a Igreja é soberana no desenho normatizador da vida em sociedade e da conduta individual: o lugar de cada um - as casas de moradia, a casa dos padres, a casa das viúvas - e o lugar das anomalias - a prisão. Desta forma, mesmo mantendo características particulares, a norma comunitária mostrou-se predominante. Além das normas religiosas, havia a obediência ao Estado, pois ao ser convocado, o índio ia servi-lo nas guerras.

No geral, podemos dizer que a partir da bibliografia consultada e das discussões realizadas sobre os fatos sociais estudados, pudemos identificar o poder das normas sociais na vida do índio missioneiro. Sabemos que a vida em sociedade é normatizada e sabemos, também, que algumas normas mudam com frequência e que outras são duradouras. O homem para garantir a funcionalidade da norma usa de todas as possibilidades, entre elas das obras de engenharia para organizar e determinar os usos do espaço.

Esse estudo permitiu-nos, também, realizar uma leitura diferente da sociedade, além da leitura técnica, uma leitura sobre as características da sociedade missioneira, identificando as relações de poder e de controle impostas aos indivíduos, para o que, em muito, as formas de engenharia de usos e distribuição do espaço contribuíram (de forma positiva ou não). A engenharia civil está sujeita à conceitos, padrões, normas de usos e edificações, a exemplo do ordenamento urbano retilíneo, muito utilizado no Brasil ainda hoje e que chega a ser uma prática predominante.

## Referências

COSTA, Elmar Bones; FONSECA, Ricardo; SCHMITT, Ricardo (coord.). **História Ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: RBS publicações, 2004.

ESCRIVÁ, José María Plaza. **São Miguel das Missões Arte e Cultura dos Sete Povos.** Porto Alegre: Unisinos, 2011.

FLORES, Moacir. **História do Rio Grande do Sul.** 6. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.

FREITAS, Décio. **O socialismo missioneiro.** Porto Alegre: Movimento, 1982.

GOLIN, Tau. **O povo do pampa: uma história de 12 mil anos do Rio Grande do Sul para adolescentes e outras idades.** Porto Alegre: Sulina, 1999.

KERN, Arno A. **Missões: uma utopia política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

MAESTRI, Mário. **Uma História do Rio Grande do Sul, a ocupação do território.** 2. ed. Passo Fundo: Universitária, 2000.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Introdução à sociologia.** São Paulo: Editora: Ática, 1999.

RODRIGUES, José Albertino (org.). **Émile Durkheim: sociologia.** São Paulo. Ática, 2004.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. **Aspectos das Missões no Rio Grande do Sul.** 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Iniciação à sociologia.** 2. ed. São Paulo: Atual, 2000.

# **Edificações e relações de trabalho: organização econômica missioneira**

**Amanda P. Markoski<sup>1</sup>**  
**Fernanda de Marco<sup>2</sup>**  
**Gabriela A. Silva<sup>3</sup>**  
**Maitê Beinlich<sup>4</sup>**  
**Vinicius Balestrin<sup>5</sup>**  
**Jussara Jacomelli<sup>6</sup>**

## **Considerações iniciais**

Neste texto tivemos como objetivo efetivar um ensaio de análise sociológica tendo como centralidade o estudo do modelo de produção instituído na organização missioneira. Isso porque, como explica a Sociologia, há várias teorias explicativas da sociedade, cada uma delas traz critérios de análise. Explicar a sociedade a partir do modo de produção se torna relevante na medida em que se tem a economia como condicionante básico das relações sociais. Como estamos estudando as teorias explicativas da sociedade, buscamos aplicar uma delas neste texto. Para alguns, a economia move a sociedade e é ela que dá origem, inclusive, às hierarquias e às mobilidades. Nossa pesquisa foi desenvolvida com base em estudos bibliográficos e buscando relacionar as edificações com a organização do trabalho.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

<sup>5</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Civil da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

<sup>6</sup> Professora e pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Doutora em Desenvolvimento Regional; Mestre em História. E-mail: jacomelli@uri.edu.br.

## **Edificações e relações de trabalho: nas missões, a organização do trabalho como caminho de entendimento da sociedade**

Há muitas formas de realizar uma abordagem sociológica, contudo é preciso ter um método. Não basta ter o assunto, mas sim os critérios que serão utilizados na realização do estudo. Por isso, primeiro definimos que queremos estudar, a edificação missioneira vinculada com os processos de relações de trabalho ou relações econômicas ali vivenciadas. Conforme Guareschi (2008), tudo na sociedade pode ser explicado a partir do trabalho:

Para viver são necessárias muitas coisas, principalmente comer, ninguém vive sem comer. Para se fazer qualquer outra coisa, é necessário comer. Mas como se conseguem as coisas para comer? Conseguem-se as coisas para comer trabalhando. O trabalho é o ponto fundamental, é a chave de tudo. Alguém chamou o trabalho de “a chave da questão social” e, logo adiante, de “a chave da solução da questão social”. Esse é o conceito número 1. Muitas pessoas respondem a essa pergunta, dizendo: comprando, ou pedindo. Mas quem trabalha, responde logo: trabalhando! (GUARESCHI, 2008, p. 41).

O trabalho humano é realizador das condições necessárias para a vida individual, familiar e, também, para existência das organizações sociais, políticas e econômicas. O trabalho é um elemento básico e criador de relações sociais porque, conforme Guareschi (2008), as sociedades são organizadas e se estruturam a partir da maneira como conseguem as coisas fundamentais para sobreviver. Assim, “[...] a sociedade humana sempre é perpassada de preocupações morais e da liberdade de ação.” [...]. Por isso, a importância do “custo/benefício” precisa ser matizada, quando aplicada a seres humanos”. (GUARESCHI, 2008, p. 145). Essa relação custo/benefício pode ser identificada nos fenômenos da competição ou da cooperação que dão origem às hierarquias e mobilidades sociais. (GUARESCHI, 2008). Com base nas colocações de Guareschi, buscamos compreender as relações de trabalho presentes na organização missioneira observando as formas de produzir, se associativas ou dissociativas e as influências da edificação urbana.

## Edificações e relações de trabalho

Os Setes Povos das Missões no Rio Grande do Sul foram organizados, à semelhança dos povoados espanhóis, por missionários espanhóis: com uma praça central e tendo em volta diferentes edificações (FLORES, 1993, p. 32). Em relação a essa obra de engenharia dos Sete Povos das Missões, Escrivá (2011, p. 7) explica que, além da identidade espanhola, foi desenvolvido “[...] uma forma de urbanismo bastante singular através da qual se procurou incorporar as formas e os espaços das vivendas indígenas àquelas formulas implantadas pela metrópole”.

Materializando as duas concepções (europeia e indígena), a obra de engenharia das edificações mostra, a nosso ver, o predomínio de uma delas. Mesmo incorporando técnicas de construção diferenciadas, no conjunto edificado observa-se a centralidade da Igreja e do poder religioso, político e econômico do jesuíta: “Em um dos lados da praça erguia-se o complexo formado pela igreja, residência dos padres, colégio, oficinas, cemitério, cotiguaçu e horta. [...]. Depois da refeição noturna eles se reunião da igreja para orar” (FLORES, 1993, p. 33).

Os Sete Povos das Missões ficou situado na Região conhecida hoje como Região das Missões, no Norte-Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. No local havia, na época, muita erva-mate nativa. Os missionários adotaram o cultivo da erva-mate como uma atividade para consumo interno e para comércio.

Cada povoado missioneiro possuía seus ervais nativos, onde os missionários colhiam e preparavam a erva-mate para a comunidade. Nas estâncias praticavam a pecuária extensiva. [...] Junto ao povoado construía o curral, onde recolhiam os bois de lavrar, os de carreta, as ovelhas, os cavalos, e os bois para a alimentação (FLORES, 1993, p. 34).

O valor e a importância da erva-mate são mostrados nas colocações de Flores: “Na saída da missa os adultos recebiam a ração diária de erva-mate” (FLORES, 1993, p. 33). Ou seja, a erva-mate era distribuída diariamente e somente o necessário para o dia. Isso, por dois motivos: era produto comercializável e, na visão dos padres, poderia viciar. Contudo, acentua-se a importância do valor comercial da erva-mate, daí o reduzido, limitado e controlado acesso a ela. Segundo Kern (1982), a Aldeia

Guarani, por exemplo, era uma povoação que apresentava base econômica firmemente estabelecida na exportação da erva-mate e no desenvolvimento da agricultura e da pecuária para o consumo interno.

Na organização missioneira houve dois tipos de lavouras: a do espaço do Tumpambaé e a do espaço do Abambaé. “Nos dois tipos de lavouras plantavam mandioca, milho, batata-doce, amendoim, feijão, abóbora, algodão e algum trigo para as confecções da hóstia” (FLORES, 1993, p. 34). Também, segundo Escrivá (2011),

As famílias tinham alguns meios para seu abastecimento próprio, mas eram a estruturas, os campos e trabalhos comunitários que garantiam a manutenção e o desenvolvimento da comunidade, que se diferenciava das cidades espanholas por ser indígena e por ser rigorosamente dirigida do ponto de vista econômico (ESCRIVÁ, 2011, p. 7).

Kern (1982), explica como os jesuítas organizaram o modo de produção missioneiro unindo a forma mercantilista espanhola, com a organização coletiva dos indígenas. Assim,

Como representantes de uma sociedade global espanhola, cuja economia era economia mercantilista, e em cuja esfera jurídica a propriedade privada desempenha um papel importante, os jesuítas implantaram nas Missões o Ambaé, ou seja, a propriedade (mbé) particular de cada indígena (abá). Mas, de uma maneira muito mais espontânea, pois originou-se do comunitarismo jesuítico e tribal dos Guaranis, instalou-se também o Tumbaé, ou seja, a propriedade (mbaé) de Deus (Tupã) e portanto da coletividade. (KERN, 1982, p. 72).

Em relação ao trabalho coletivo, Flores (1993, p. 34) coloca que “[...] cada índio era obrigado a trabalhar dois dias por semana no Tumpambaé.” No Tumpambaé, segundo Kern (1982, p. 79), havia uma direção central, a dos jesuítas, que estabelecia “[...] uma reflexão crítica na seleção dos meios, na planificação a longo prazo e mesmo princípios de cálculo na direção dos negócios.” Já no espaço privado, segue o mesmo autor explicando que acontecia “[...] a persistência do tradicionalismo indígena e seu desinteresse pelas atividades econômicas lucrativas.”

Em meio as diferentes atividades, houve o desenvolvimento da metalurgia, porque, ainda por ocasião do estabelecimento das missões, os jesuítas registravam a importância do ferro usado na fabricação utensílios agrícolas e outros. Em relação às

técnicas de construção, observa-se a inovação, porque, apesar da influência europeia, apresentam características específicas como o não uso da “cal”. Além disso, os muros foram feitos utilizando somente grandes blocos de pedras - a maioria com rejunte de barro. As igrejas não apresentam replicas europeias de abóbodas ou cúpulas nos edifícios mais importantes, mas o uso da pedra e a construção de tetos de madeira e de palha (ESCRIVÁ, 2011).

Os índios missioneiros mostravam conhecimento técnico também na área do saneamento básico, como no caso do abastecimento de água dos povoados: Em São Miguel, “[...] a água era elevada por um sistema de roda e conduzida por canaletas até o povoado onde jorrava em pias de pedra” (FLORES, 1993, p. 34). Mesmo apresentando especificidades, segundo Kern (1982, p. 81), “[...] a economia missioneira foi um resultado dirigido, controlado e mantido dentro dos princípios da ética cristã”.

### **Considerações finais**

Aplicando a tese marxista de que a economia é a mola mestre da sociedade, e de que é possível explicar a sociedade pela economia, iniciamos nosso texto buscando entender um pouco da organização missioneira tendo como critério a classificação das formas de organização do trabalho como cooperativas ou como dissociativas e buscando compreender como as edificações contribuíram para isso.

Ao finalizarmos nosso texto, quanto à organização do trabalho, podemos dizer que, nos Sete Povos das Missões, a prática mercantilista/capitalista existiu, o que é explicado pelas rendas da produção que deveriam ser destinadas ao governo espanhol e pela produção voltada para o comércio. Contudo, esse mercantilismo/capitalismo foi organizado nos povoados com duas modalidades de trabalho: o associativo e o dissociativo.

A produção em Tumbaé (propriedade coletiva), caracterizamos como associativa porque era comunitária, nessa todos trabalhavam para o comércio e para pagamento de impostos para o governo espanhol e para a Igreja (Deus). O trabalho era organizado e dirigido por missionários. A existência da propriedade coletiva, a

nosso ver, não diminui a identidade mercantilista-capitalista da organização, uma vez que apresentou cunho comercial. Assim, a produção era associativa, mas o destino dos resultados, não, com a exceção da ração diária de erva-mate.

O trabalho na propriedade individual-familiar-Ambaé, consideramos como dissociativo. Isso em relação ao povoado. No Ambaé, cada um trabalhava para seu próprio sustento e para a sua família e, como não havia dirigismo vinculado ao comércio, os resultados em produção, eram menores.

Quanto à distribuição da produção coletiva, podemos dizer que, parte dela era usada para pagamento de impostos ao Estado Espanhol; parte para a Igreja; parte para o comércio e uma ração diária de erva-mate para o povo. No geral, podemos dizer que as Missões foram organizadas para ter uma produção autônoma, para o que, cada povoado contava com gestão interna própria, produção agrícola e produção pecuária. Além disso, a produção missioneira era fortalecida pela comunicação e por trocas entre os povoados.

Como acadêmicos do Curso de Engenharia, podemos dizer que esse estudo, mostrou a relação entre obras de engenharia com distribuição dos usos do espaço e formas de desenvolvimento do trabalho. No estudo da organização missioneira, observamos, na obra de engenharia, uma centralidade: todo o cenário edificado teve como centralidade uma construção principal, a Igreja com sua praça. Esse planejamento estratégico facilitou aos missionários de cada povoado, além do controle e da organização do trabalho, o controle da vida social da população.

## Referências

GUARESCHI, P. A. **A sociologia crítica**: alternativas de mudança. 61. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 2008.

DEMO, Pedro. **Introdução à sociologia**: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2012.

ESCRIVÁ, P. **São Miguel das Missões**: arte e cultura dos Sete Povos. Porto Alegre: Delphi E, 2011.

FLORES, M. **História do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editora, 1993.

KERN, A. A. **Missões**: uma utopia política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

MAESTRI, Mário. **Uma história do Rio Grande do Sul**: da pré-história aos dias atuais. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2000.

*PARTE IV: ENGENHARIA E RELAÇÕES  
INTERREGIONAIS: RIO GRANDE DO SUL –  
XV\_XVIII*

## **Bandeiras paulistas na busca de índios e de gado missioneiro: caminhos construídos e identidades destruídas**

**Guilherme B. Brizolla<sup>1</sup>  
Maicon Vitallis<sup>2</sup>  
Lucas Cadore<sup>3</sup>  
Marco Antonio de Freitas<sup>4</sup>  
Jussara Jacomelli<sup>5</sup>**

### **Considerações iniciais**

Este texto foi construído a partir de pesquisas em livros e artigos de professores e historiadores, a fim de adquirir conhecimento sobre a 'Engenharia das bandeiras paulistas na busca de Índios e de gado missioneiro'. O foco principal desta análise esteve em compreender, com base em noções da teoria weberiana sobre a influência da cultura nas práticas explicativas para a formação da sociedade, o como e o porquê em uma sociedade construída pela interação de índios, paulistas e jesuítas, os bandeirantes paulistas foram exaltados como heróis na formação das fronteiras no estado do Rio Grande do Sul.

### **A cultura, uma leitura do ordenamento do território**

Cultura é uma palavra proveniente do latim e está vinculada a ideia de criação. Está sempre em movimento e é o resultado de práticas sociais, políticas,

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Engenharia Civil I SEMESTRE na Universidade Regional Integrada Do Alto Uruguai e das missões (URI) câmpus de Frederico Westphalen.

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Engenharia Civil I SEMESTRE na Universidade Regional Integrada Do Alto Uruguai e das missões (URI) câmpus de Frederico Westphalen.

<sup>3</sup> Acadêmico do curso de Engenharia Civil I SEMESTRE na Universidade Regional Integrada Do Alto Uruguai e das missões (URI) câmpus de Frederico Westphalen.

<sup>4</sup> Acadêmico do curso de Engenharia Civil I SEMESTRE na Universidade Regional Integrada Do Alto Uruguai e das missões (URI) câmpus de Frederico Westphalen.

<sup>5</sup> Professora e pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Doutora em Desenvolvimento Regional; Mestre em História. E-mail: jacomelli@uri.edu.br.

econômicas, crenças e ideologias, entre outros aspectos. A cultura é modificada mediante as interações entre as pessoas e as sociedades, apresenta, assim, diversidades e singularidades (BELINAZO; JACOMELLI, 2006). Para Rapaille (2007), as culturas são criadas ao longo do tempo e alteram o sistema de referência, por isso geram mudanças.

Todos os povos têm suas referências culturais e vinculadas a diversos fatores. As referências culturais, não raro, são construídas para negar a participação do povo nas decisões e, para o que, em muitos casos, é feito uso de figuras míticas, como a do herói. Chiavenato (1988, p. 5), coloca que:

Uma das características básicas da historiografia oficial é negar ao povo qualquer participação profunda nas mudanças da sociedade. A partir daí se exerce um controle ideológico, tendo por base o seguinte: são os "grandes homens", os "heróis" e os "santos" que lutam pelas massas, pois elas são incapazes de entender a grande política.

O culto ao herói, ao grande homem, é utilíssimo ao poder. Através do mito criado aprendemos a respeitar autoridade e a não questionar o que é "de lei". O culto aos homens do passado, feito muitas vezes contra a verdade histórica, projeta-se nos anões políticos do presente, menosprezando a capacidade política do povo de cuidar do seu próprio destino. É muito simples entender, mas bastante complexo desarmar toda essa mitificação.

Os povos, atendendo aos seus códigos de referência, criam os seus heróis, justificando-os de acordo com interesses diversos. No Brasil temos diversos heróis, mitos construídos em torno de pessoas e interesses econômicos ou políticos. Um deles é o mito do herói bandeirante. O bandeirante tem sido considerado, historicamente, como "desbravador". No caso do Rio Grande do Sul, seu heroísmo está fundamentado em vários fatores, entre eles, está a "preá ao gado xucro e ao índio", além da abertura de caminhos.

### **Bandeirantismo: a construção do herói**

Em 1500, Portugal tornou o Brasil sua possessão territorial, transformando-o em uma colônia oficial. Até 1822 o domínio e a ocupação do território foram dirigidos oficialmente pelo governo português com base no colonialismo e no mercantilismo. Assim,

O colonialismo e o mercantilismo determinaram a orientação da economia para o comércio exterior, para a exportação da produção mais rentável em determinada conjuntura. A exportação constituía, na época, a base da renda da Colônia, [...]. No início do século XIX, a orientação da economia para o exterior se manteve, e a exportação continuou a ser base da renda nacional. (BRUM, 1999, p. 130).

Portugal era um País que vivia de rendas e um país que gastava muito. Para obter rendas na exploração do Brasil, Portugal criou a política de Capitânicas Hereditárias. As terras da colônia Brasil, foram divididas em 15 capitânicas e doadas a 12 Capitães (SANTOS, 1979). O Rio Grande do Sul pertenceu à Espanha praticamente até o Tratado de Madri (1750). Até ali as terras do Rio Grande do Sul foram consideradas “terra de ninguém” e, nelas valia a ideia do “uti-possidetis”, ou seja da política do “[...] quem usa tem a posse” (KÜHN, 2007, p. 30).

Essa “terra de ninguém” é, também, interpretada como terra de muitos. Segundo Jacomelli (2009, p. 17), no período anterior ao Tratado de Madri, ainda no “[...] século XVII, diante da questão fronteiriça, do *uti-possidetis* e da possibilidade do apossamento do gado criado solto, o Rio Grande do Sul passou a ser foco de interesse não somente de portugueses, mas também de espanhóis”, com isso, passou de “[...] terra de ninguém a terra de muitos”. Evidenciava-se, assim, como uma área de disputa constante, onde a ação dos bandeirantes se tornou efetiva.

Portugal iniciou a ocupação do território brasileiro pelo litoral, e, como já dito, através da doação de sesmarias. A ocupação do interior do território foi um processo mais difícil e, resultado de vários fatores econômicos, entre eles a necessidade de exploração de riquezas minerais, vegetais, pecuária e mão de obra. Para isso, muito contribuiu a ação do bandeirante e um de seus resultados foi a criação de caminhos, importantes na configuração das fronteiras:

As bandeiras vieram a se constituir num fator importante na configuração das fronteiras, especialmente porque se dirigiram rumo às áreas desabitadas do interior do Brasil, pelas quais nunca se haviam interessado os espanhóis em termos de colonização efetiva, voltados como estavam para a região da mineração andina (LOPEZ, 1993).

As organizações bandeirantes eram conhecidas como Entradas e como Bandeiras. “As primeiras eram patrocinadas pela Coroa Portuguesa; as demais, por

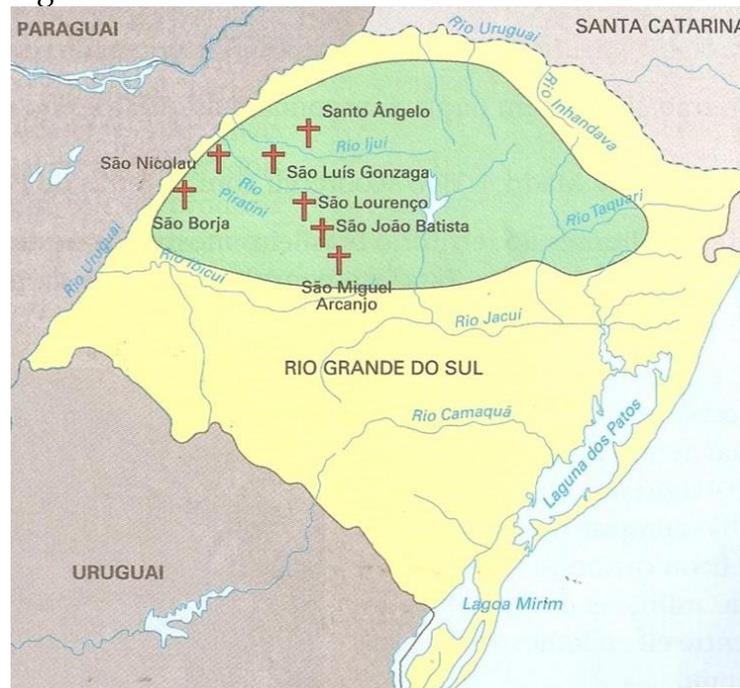
particulares” (LUSTOSA, 2007, p. 29). Em busca de escravos, de ouro e outros, segundo Lustosa (2007, p. 29), “[...] os bandeirantes foram fundamentais para a existência e progresso de São Paulo.” A ocupação do interior o Rio Grande do Sul, também, como já dito, teve a participação desse agente, o paulista, que organizado em bandeiras vinha em busca de gado e de índios. Segundo Jacomelli (2009, p. 26), com base em Straforini (2001):

Com a descoberta das minas nas Gerais, a escravização do índio, no século XVII, passou a ser um negócio muito lucrativo. Paulistas a margem da atividade mineradora, passaram a intensificar a busca de mercadoria humana que servia como mão de obra nas minas e como carregadores de mercadorias. Ainda no final do séc. XVII, o valor médio de um índio era 20\$000 (vinte mil réis), valor equivalente a duas vezes mais que uma fazenda de légua em quadra, o que os levava a invadir e destruir as reduções que reuniam na época “60 mil pessoas”. Em busca dessa mercadoria, paulistas e sorocabanos percorriam grandes distâncias, de sorte que uma viagem poderia durar dias, meses, ano. Dessa situação derivou a fixação de arraiais nos campos de Vacaria.

Em busca de mão de obra e outras riquezas, o bandeirante, usando de violência, capturava e matava índios para aprisioná-los e escravizá-los. Mas os índios não aceitavam a escravização, eram forçados a ela, e assim “[...] os mais resistentes acabavam mortos.” (LUSTOSA, 2007, p. 29). A intensificação do uso do índio como escravo resultou em maior violência. Um dos meios que o índio encontrou para fugir da escravização foi aceitar fazer parte da organização Jesuítica.

A organização missioneira iniciou em 1610, na América do Sul Espanhola, quando as primeiras reduções foram criadas na região dos rios Paraná, Paraguai e Paranapanema. Em 1626 houve a fundação das missões na Bacia Platina. No Rio Grande do Sul, no período de 1626 a 1641 foram fundadas dezesseis reduções, estabelecidas na região entre os rios Uruguai e Jacuí. Essas foram destruídas por ataques bandeirantes. Devido aos ataques, os jesuítas transferiram as missões para o lado ocidental do Rio Uruguai onde ocorreu a Batalha de M’bororé (1641), quando os indígenas derrotaram os paulistas. (KÜHN, 2007). Após foram criados os Sete Povos das Missões, situados no Norte-Noroeste do Estado, conforme mostra a figura 01:

Figura 01: Os Sete Povos das Missões – 1682-1801



Fonte: Aender, 2013.

A organização dos Sete Povos das Missões aumentou as dificuldades dos bandeirantes, mas não garantiu a estabilidade dos povoados. Esses povoados chegaram a abrigar “quase quarenta mil índios” em 1732. Após, com as doenças e epidemias, a população foi reduzida para 21 mil em 1740. Em 1750, as metrópoles, estabeleceram o Tratado de Madri, trocando a região dos Sete Povos das Missões pela região do Sacramento. O acordo previa também, a desocupação da área das missões. Os índios não aceitaram esse tratado. Portugal e Espanha, diante da reação indígena, se uniram fazendo acontecer a Guerra Guaranítica que teve como auge a batalha de Caiboaté, em 1756, quando os índios foram derrotados (KÜHN, 2007).

### Considerações finais

O foco principal desta análise esteve em compreender, o porquê mesmo com a participação de índios, paulistas e jesuítas é exaltada a figura do bandeirante como um herói na formação das fronteiras.

Após os estudos realizados podemos dizer que a participação do bandeirante foi importante na construção das fronteiras no Estado. Em vista da teoria de “terra de

ninguém”, o aprisionamento e comercialização do índio e do gado xucro, a comercialização do índio e do gado nas regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste brasileiras incentivaram as “entradas” e as “bandeiras” no território. Movidos pelo princípio econômico e de poder, esse grupo (bandeirantes), ao realizar a mercantilização de seres humanos e de gado, de alguma forma, chamou a atenção das metrópoles para o estabelecimento de fronteiras no Sul do Brasil. Igualmente, o trabalho de “buscar” mercadorias foi gerador de redes de comunicação contribuindo para a integração do território do Rio Grande do Sul ao Brasil.

Os jesuítas e indígenas também contribuíram para a organização de caminhos e para o estabelecimento de fronteiras, porque construíram povoados tendo como referência, em especial regiões formadas por rios e a integração entre povoados. Inclusive foi o apossamento do território indígena uma das principais referências no estabelecimento das fronteiras no Rio Grande do Sul.

Diante do exposto, observamos que a ideologia brasileira de consagrar heróis tem colocado de lado à importância da ação jesuítica e indígena na organização de povoamentos e estabelecimento de caminhos de comunicações por terra e por rios. Essa heroicização pode ser explicada porque, diferentemente dos demais, os bandeirantes, com sua ação, respondiam aos interesses do governo português e dos senhores das terras, das gentes e das riquezas no Brasil. Conforme Chiavenato (1988), negar a participação do povo em situações de mudanças é bom para os que dominam o poder.

Concluimos também que, assim como a teoria cria heróis; a racionalidade e impessoalidade dificilmente existem nas situações que envolvem pessoas e países, como foi o caso do estabelecimento das fronteiras no Rio Grande do Sul, onde foram sobrepostos aos interesses dos usuários do território, os interesses econômicos e de poder. No exercício profissional, como engenheiros, certamente nos defrontaremos com questões que envolvem diferentes interesses. O desafio estará em realizar leituras das necessidades e urgências reais dos envolvidos a fim de tomarmos as melhores decisões.

## Referências

- BELINAZO, D. P.; JACOMELLI, J. Diversidades e hibridismos culturais: bases do desenvolvimento regional. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 9, n.2, p. 1-12. Jul./dez. 2006.
- BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.
- CHIAVENATO, J. J. **As lutas do povo brasileiro**: do "descobrimento" a Canudos. São Paulo: Moderna, 1988.
- JACOMELLI, J. Ordenamento territorial e rede urbana no Rio Grande do Sul, 1500-1889. In: JACOMELLI, J. et al. **Território e patrimônio histórico e cultural no Norte do Rio Grande do Sul**. Frederico Westphalen: URI, 2009.
- KÜHN, F. 3 ed. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.
- LOPEZ, L. R. **História do Brasil Colonial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- LUSTOSA, I. **A História do Brasil explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- RAPAILLE, C. **O código cultural**: por que somos tão diferentes na forma de viver, comprar e amar? Trad. Tom Venetianer. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- SANTOS, J. R. dos. **História do Brasil**. São Paulo: Marco, 1979.
- AENDER. 2013. Blog do Aender. Disponível em:  
<<http://www.aender.com.br/?p=4302>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

# **A engenharia dos tratados internacionais de divisão do território português e espanhol e repercussões na organização indígena**

**Henrique Zantedeschi Martinelli<sup>1</sup>**  
**Gabriel Dall Puppo Picolotto<sup>2</sup>**  
**Jeferson Luiz Camargo<sup>3</sup>**  
**Edson Vilmar da Silva<sup>4</sup>**  
**Emerson Gonchoroski<sup>5</sup>**  
**Manoel Arlindo Mendes<sup>6</sup>**  
**Jussara Jacomelli<sup>7</sup>**

## **Considerações iniciais**

Este estudo foi desenvolvido nas aulas de Sociologia onde se buscou aplicar a análise sociológica para a interpretação das relações de poder no estudo da engenharia dos tratados internacionais de divisão do território português e espanhol e verificar suas interferências na organização indígena no Rio Grande do Sul. Com base no método comparativo, procuramos responder a seguinte questão: Tendo como referência as repercussões na organização indígena missioneira, que ideal de

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Engenharia Civil e Ciências Da Computação na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Email: hz.martinelli@gmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Engenharia Civil na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Email: 24288@uri.edu.br.

<sup>3</sup> Acadêmico do curso de Engenharia Civil na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Email: 29275@uri.edu.br.

<sup>4</sup> Acadêmico do curso de Engenharia Civil na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Email: 30039@uri.edu.br.

<sup>5</sup> Acadêmico do curso de Engenharia Civil na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Email:29487@uri.edu.br.

<sup>6</sup> Acadêmico do curso de Engenharia Civil na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Email: 29376@uri.edu.br.

<sup>7</sup> Professora e pesquisadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen, RS. Doutora em Desenvolvimento Regional; Mestre em História. E-mail: jacomelli@uri.edu.br.

relações de poder observa-se na engenharia dos tratados internacionais de divisão do território brasileiro entre portugueses e espanhóis?

### **Análise sociológica: formas de poder, o tipo ideal**

A Sociologia, como disciplina independente, foi criada na modernidade para servir de instrumento metodológico para o estudo da sociedade que se complexificava com o desenvolvimento da industrialização. Como ciência apresenta um método, que se situa na objetividade. Vale considerar, contudo, que o “sociólogo”, assim como outros estudiosos, “[...] vive no mundo comum dos homens, perto daquilo que a maioria das pessoas chamaria de real” (BERGER, 1992, p. 41). Assim, “[...] as categorias que ele utiliza em suas análises constituem apenas refinamentos das categorias em que os outros homens se baseiam – poder, classe, status, raça, etnia” (BERGER, 1992, p. 41). Por isso, algumas investigações sociológicas parecem – ilusoriamente- simples e óbvias. Para fugirmos a “pretensa obviedade”, precisamos considerar a objetividade do método, para o que, se faz necessário a definição de critérios de análise do objeto em estudo. Por isso, inicialmente fizemos a opção por critério teórico de sustentação da análise buscado na teoria weberiana. Nela encontramos uma série de possibilidades de temas para abordagem, entre eles, a análise das relações de poder, como situa Freitag (2012) Weber propõe uma metodologia de estudo e também conteúdo. Trata de assuntos diversos como a sociologia das religiões, a sociologia política, a sociologia do direito, o poder. Agrega Claret (2001), a política ao lado da sociologia, a combinação entre estruturas arcaicas e modernas, os trabalhadores, o Estado, entre outros.

Além de temas possíveis, Weber aponta caminhos para a realização da abordagem sociológica. Na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o método utilizado foi o método comparativo exemplificado no “tipo ideal”. Fazendo uso desse método, é uma mostra da aplicação do método comparativo no estudo da sociedade.

Com base no método comparativo “tipo ideal”, procuramos responder a seguinte questão: tendo como referência as repercussões na organização indígena missioneira, que ideal de relações de poder mostra a engenharia dos tratados

internacionais de divisão do território brasileiro entre portugueses e espanhóis?  
Delimitamos para isso, os seguintes pontos chaves para a análise:

- a disputa pelos territórios sulinos;
- a atividade missioneira no Sul da América;
- os resultados das disputas para as populações missioneiras;
- as políticas internacionais.

### **A engenharia das divisões territoriais de ordem internacional e implicações no espaço missioneiro rio-grandense**

No século XV, Portugal e Espanha eram potências de ponta, dominavam o mercantilismo e possuíam muitas colônias. Também, no final do século XV, repartiram o grande território da América Latina. Para repartir as novas terras fizeram tratados. O primeiro deles foi o Tratado de Tordesilhas.

O Tratado de Tordesilhas foi um acordo de limites e firmado dois anos depois do descobrimento da América, em 1494. Por esse Tratado, “[...] o mundo americano ficou dividido em duas partes, cabendo a Portugal as terras que se situassem até 360 léguas a Leste das Ilhas de Cabo Verde, e cabendo à Espanha as do lado Oeste desse limite” (SIQUEIRA, 2009, p. 4).

Figura 01: Tratado de Tordesilhas



Fonte: Autores, 2016.

O Tratado de Tordesilhas mostra que, onde hoje está localizado o Estado do Rio Grande Do Sul, era território que pertencia à Espanha, mesmo assim, por bom tempo, não foi prioridade para a metrópole espanhola, nem para a metrópole das terras vizinhas, Portugal. Nesse sentido, Lazzarotto (1998, p. 53) coloca que,

Dada a inacessibilidade de seu litoral e a ausência de recursos naturais que interessavam ao espírito mercantil da época, o Rio Grande do Sul, por longo tempo, foi esquecido por Portugal e Espanha. Só em início do século XVII o elemento humano nativo, aqui numeroso, começou a atrair o zelo incansável do Jesuíta e a ação predatória escravagista do bandeirante.

Conforme visto, a partir do séc. XVII, os jesuítas espanhóis, na sua ação catequizadora, iniciaram um processo de organização dos índios em reduções. Fundaram no oeste do Rio Grande do Sul, mais de uma dezena de reduções que logo foram destruídas pelos bandeirantes, permanecendo o gado introduzido pelo padre Cristóvão de Mendonça. Criado xucro, com pastagens naturais, o gado despertou interesses e cobiça (LAZZAROTTO, 1998). Mesmo afastados:

Os índios das Missões da Banda Ocidental do Rio Uruguai continuaram a zelar pelo gado, que consideravam seu, e fundaram aqui suas primeiras estâncias. Os portugueses, visando ao contrabando da prata das minas de

Potosí e, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, desejando muares e gado, os quais contrabandeavam com os espanhóis ou comercializavam com os minuanos, esforçaram-se para adonar-se da região sul, estabelecendo como limite de suas terras o Rio Prata, mesmo estando fora da área designada por Portugal pelo Meridiano de Tordesilhas (LAZZAROTTO, 1998, p. 54).

Em fins do século XVII, sob orientação dos jesuítas, foram fundados pelos índios Guaranis os Sete povos das Missões no Rio Grande do Sul. Esses povoados apresentaram, na primeira metade do século XVIII, significativo desenvolvimento populacional e econômico (KÜHN, 2007). Mas, a cobiça sobre os lucros obtidos com domínio do espaço do índio e sobre o gado, bem como sobre o espaço do estuário do Rio Prata, levou a Espanha e Portugal a realizarem novo acordo, já que o Tratado de Tordesilhas não estava sendo respeitado. O novo acordo culminou com a Guerra Guaranítica (1754 - 1756) levando ao fim a experiência missioneira.

Em 1750 Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri para pôr fim às disputas coloniais na América. Pelo acordo, portugueses teriam que entregar a Colônia do Sacramento e, em troca, receber a região ocupada pelos Sete Povos. O Tratado de Madri redefiniu as fronteiras no Sul e acabou gerando a “Guerra Guaranítica”, uma guerra para a tomada das terras dos indígenas.

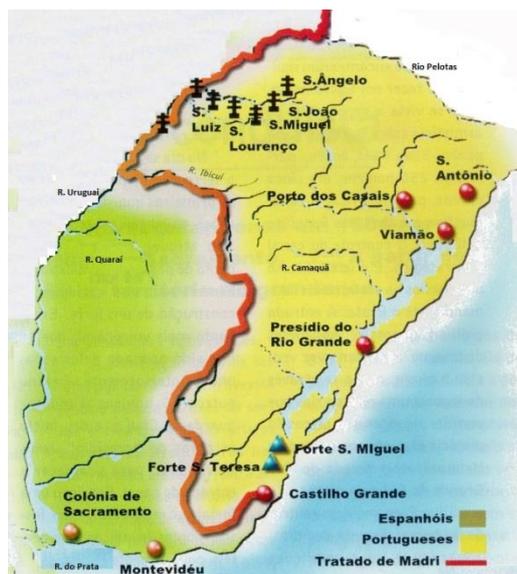
O tratado foi assinado em Madrid, em 13 de janeiro de 1750. Pretendia decidir em definitivo as questões de posse nas colônias. Deu ao Brasil, mais ou menos, a configuração atual. No que respeita ao Rio Grande do sul, determinava o tratado, a entrega definitiva da Colônia do Sacramento à Espanha, recebendo Portugal em troca os Sete Povos das Missões. (LAZZAROTTO, 1998, p. 62).

Ao final do Tratado de Madri, os missionários recebiam ordens e deviam fazer os índios obedecerem-nas. No caso da aplicação do Tratado de Madri, os Jesuítas pediram prazo de pelo menos três anos para prepararem o novo local de habitação com casas e plantações e novos sítios, mas os espanhóis não aceitaram. Os índios se revoltaram e as forças metropolitanas portuguesas e espanholas se reuniram, em janeiro de 1756: “[...], a espanhola com 1770 homens e a portuguesa com 1600, começando a marcha para as Missões.” Os índios estavam “[...] desorganizados e

sem o apoio dos padres. [...]. Numa escaramuça, a 7 de fevereiro, às margens do Vacacaí, foi morto Sepé Tiarajú.” (LAZZAROTTO, 1998, p. 64).

Logo após o Tratado de Madri, para executar o trabalho de demarcação da nova fronteira no Sul e no Oeste, as coroas nomearam, em 1752, dois comissários: o português Gomes Freire e o espanhol Marquês de Valdelirios. E caberia a eles a entrega formal da Colônia do Sacramento e dos Sete Povos. Com essa missão, esses comissários partiram, mas, em 1753 a primeira partida demarcadora foi interceptada pelos índios de São Miguel. Os demarcadores foram informados que não poderiam passar adiante sem autorização do cabildo miguelista.

Figura 02: Tratado de Madrid e os Sete Povos das Missões



Fonte: Fotos antigas - RS, 2013.

Num primeiro momento as demarcações foram impedidas, porque para a troca da Colônia do Sacramento pela Região dos Sete Povos era preciso suprimir um obstáculo: os guaranis se recusavam a abandonar as terras. Diante disso, um exército formado por espanhóis e portugueses atacou as reduções indígenas, gerando um conflito desigual e destruidor. Para evitar um grande massacre, os padres jesuítas tentaram levar os índios para o lado ocidental do Rio Uruguai. Alguns índios concordavam com a retirada, outros não.

Em 1755, os exércitos de Gomes e Valdelirios se reorganizaram formando a maior coalizão militar colonial e sob comando de Gomes Freire. Os guaranis da fronteira trataram de adotar as táticas de guerrilha. O cacique Sepé buscou atrair o exército inimigo a um local estratégico: a Estrada da Boca do Monte, mas foi morto antes de conseguir isso, em 7 de fevereiro de 1756.

Mais de três mil soldados, dispendo de 13 mil cavalos, formavam o exército luso-espanhol que derrotou os guaranis. Milhares de guaranis foram mortos. Essa tragédia “abriu” as Missões aos executores do Tratado de Madri. Em 1756, os exércitos coligados entraram nas reduções indígenas e parte dos índios restantes, se embrenharam nas matas. Também, na casa dos padres de São Miguel foi ateado fogo. Para Lazzarotto (1998) a guerra, foi a consagração do princípio de *uti-possidetis*. Por esse princípio, cada parte (Portugal e Espanha) ficou com o que de momento possuía.

Como vimos os índios missioneiros não aceitaram o Tratado de Madri realizado entre Espanha e Portugal, mas tiveram que se sujeitar a ele. Ou seja, os índios deveriam migrar para terras espanholas, conforme novo Tratado. Os índios foram derrotados na batalha de Caiboaté em 1756, contudo, pelo novo acordo, Tratado de El Pardo (1761), anulava-se o Tratado de Madri e os Sete Povos continuavam com a Espanha. (LAZZAROTTO, 1998).

Os Sete Povos, em 1767, conforme Lazzarotto (1998) chegaram a ter uma população de 25 mil pessoas. Mesmo assim, o mês de julho de 1768 registrou o fim do apostolado jesuítico nas missões. Os padres foram substituídos por outras congregações e por administradores civis e os índios foram dispersos.

O Tratado de Santo Ildefonso foi realizado entre Portugal e Espanha em um período bastante difícil para ambos os países: Portugal estava com as finanças falidas, sem erário público devido às invasões em seu território e, a Espanha também gastava demais com as guerras. O Tratado foi assinado em 1777. Por este tratado a Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões passaram a pertencer à Espanha e reconhecia-se, para Portugal, a reconquista da Vila de Rio Grande e, igualmente, lhe era devolvida a Ilha de Santa Catarina (MAESTRI, 2000) Mas,

Os portugueses e, sobretudo, os gaúchos não se conformaram com esse tratado. Tantas dificuldades opuseram à demarcação que deveria processar-se que, logo, tudo não passava de letra morta. As nossas fronteiras só seriam definitivamente marcadas após as sangrentas lutas da conquista das Missões (1801), das intervenções de D. João VI no Prata (1811-1812 e 1816-1820) e, definitivamente, da guerra da Independência do Uruguai (1826-1828). (MAESTRI, 2000, p. 70).

Figura 03: Tratado de Santo Ildefonso



Fonte: Velloso. Acesso: 28 jun. 2015.

O Tratado de Badajós foi assinado na Europa no ano de 1801. Nele, Portugal entregava a cidade de Olivença à Espanha. Foi o resultado de um estado de beligerância entre os dois países.

Em 15 de junho de 1801 soube-se que a Espanha declarava guerra a Portugal. Veiga Cabral convocou a população toda à guerra. Constituíram-se dois exércitos: um sob o mando do Coronel Marques de Souza, destinado ao sul e, o outro, destinado ao Rio Pardo, sob as ordens do tenente-coronel Patrício Jose Corrêa da Câmara. Outros se apresentaram para, à própria custa, organizarem grupos de ataque ao inimigo. Entre estes, devemos salientar o estancieiro Manoel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto. Este era um desertor que se aproveitou do perdão geral oferecido a quem se alistasse. Borges do Canto, filho de português com índia guarani, dividiu seu poder com Gabriel Ribeiro de Almeida e, com quarenta homens, aos quais foram se ajuntando sucessivamente índios, conquistaram São Miguel, São Lourenço, São Luís, São João e Santo Ângelo. Santos Pedroso, colaborou muito, especialmente para consolidar a conquista. Radicado em São Borja,

vasculhava toda a região impedindo a entrada de reforços espanhóis, numa série sucessiva de combates. (LAZZAROTTO, 1998, p. 49).

Ainda, segundo Lazzarotto (1998, p. 50), “[...] a conquista não se estendeu mais porque a paz foi firmada na Europa pelo Tratado de Badajós em 1801.” Com isso, “Portugal, derrotado, teve que entregar a cidade de Olivença à Espanha, que, para confirmar essa aquisição não reclamou as Missões, pois lhe valia mais um palmo de terra na Europa do que léguas na América”.

Figura 04: Tratados feitos entre Portugal e Espanha

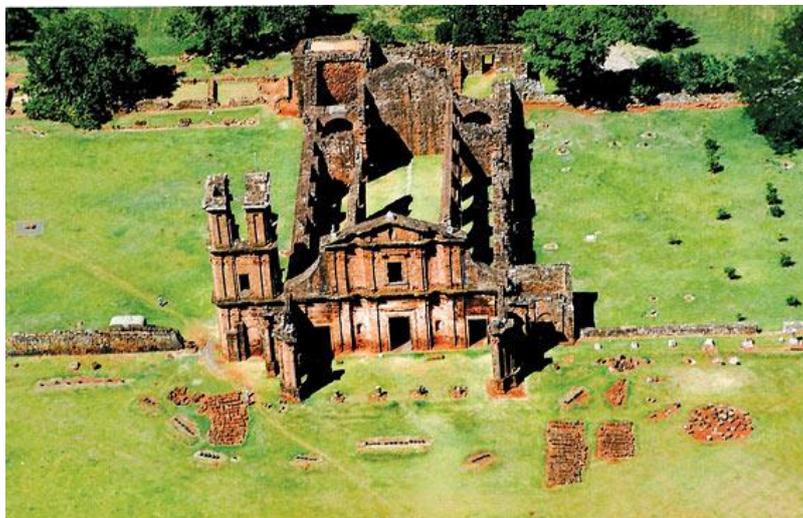


Fonte: Brandão. Acesso: 22 jun. 2015.

Na imagem 04, estão apresentados os Tratados de Tordesilhas, Utrecht, Madri, Santo Idelfonso, e de Badajós, que demarcaram o espaço geográfico e social do Rio Grande do Sul.

Em 1500, quando Portugal tomou posse das terras brasileiras havia dois milhões de indígenas. Mas o avanço da fronteira agrícola e demográfica envolveu “[...] o extermínio paulatino das populações tribais, hoje reduzidas a proximamente 200 mil índios.” Também envolveu “[...] a expropriação de populações mestiças camponesas [...]” da apropriação da terra, “[...] populações essas que iam se concentrando, em uma fronteira sempre móvel, na periferia dos centros escravistas exportadores.” (LINHARES, 1990, p. 3). Mesmo assim, o jesuíta e os indígenas legaram à humanidade um patrimônio histórico impar pelo conhecimento ali colocado. O que restou da engenharia de construções dos Povos Missioneiros é hoje considerado Patrimônio Histórico e Patrimônio da Humanidade, como é o caso das Ruínas de São Miguel.

Figura 05: Igreja de São Miguel



Fonte: Espaço Turismo. Acesso: 28 jun. 2015.

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece, como patrimônio histórico, imóveis ou bens naturais pertencentes a toda humanidade. O patrimônio jesuítico-missionário é o resultado de organizações centenárias:

Os jesuítas começaram a criar missões na Bacia do Rio da Prata, a partir de 1609. De acordo com a legislação colonial, os indígenas das missões, eram considerados membros especiais do Império, incorporados nas estruturas, sujeitos à legislação, aos tributos e aos serviços da colônia. Os jesuítas organizaram um total de 60 dessas missões, conhecidas como reduções, entre o sudeste do Paraguai, o nordeste da Argentina e os estados brasileiros de Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. Muitas tiveram vida curta por causa dos ataques de moradores de São Paulo, que nas missões buscavam escravos para as suas lavouras. Segundo alguns historiadores, eles teriam aprisionado ou morto muitas dezenas de milhares de indivíduos; segundo outros, até duzentos mil. Por causa destes ataques, as reduções que conseguiram fugir em tempo foram se concentrando em espaços mais seguros e defensáveis no sudeste do Paraguai, no nordeste da Argentina e no noroeste do Rio Grande do Sul, onde passaram a ser conhecidas como os Trintas Povoados das Reduções Jesuíticas. Estes são constituídos por algumas reduções fundadas no local e pelas numerosas reduções que aí vieram a se refugiar. A concentração e consequente proximidade foi um dos fatores de seu desenvolvimento (ESCRIVÁ, 2011, p. 9).

No Rio Grande do Sul, a primeira redução foi estabelecida em 1626, e foram sucedidas por outras dezesseis. (ESCRIVÁ, 2011). A sobrevivência das mesmas dependia de migração constante de índios fugindo da escravidão portuguesa. Isso, por décadas, até conseguirem alguma estabilidade. Esse foi considerado o primeiro movimento missionário. A história das edificações e das comunidades missionárias, segundo Escrivá (2011, p. 10) mostra três momentos: o primeiro, quando “[...] as primeiras fundações foram destruídas ou transmigraram para Argentina (1626-1639)”; o segundo, “[...] à volta, a criação das sete povoações definitivas e seu período de esplendor (1687-1750)”; o terceiro, formado pela “[...] lenta decadência, o Tratado de Madrid, a expulsão dos Jesuítas, a desestruturação e abandono no final do século XVIII” (ESCRIVÁ, 2011, p. 10).

Assim, as Reduções Jesuíticas Missionárias mostram uma trajetória de vidas e de acontecimentos relativos a comunidades, a rede de comunidades e a questões de interesse internacional:

As reduções dos guaranis floresceram durante algumas décadas. Sua ruína foi lenta, precedida de redução demográfica em razão de epidemias, de calamidades climáticas que reduziram a produção agrícola e de pesados serviços militares ao Império, que mantinham os homens por longos períodos fora de suas comunidades e famílias. Esses fatores se tornaram muito visíveis a partir do século XVIII (ESCRIVÁ, 2011, p. 11).

Como parte do terceiro momento histórico das Missões, Escrivá (2011) aponta ainda a dispersão guarani devido às guerras, misturando-se na população das nações que se formavam na Bacia do Rio da Prata. Atualmente, alguns têm retornado e podem ser encontrados, como o grupo de guarani-mbya nas Ruínas de São Miguel, em cuja proximidade o grupo conseguiu um terreno para estabelecer sua comunidade junto a um rio. O mesmo aconteceu com as obras de engenharia, os núcleos urbanos:

Abandonados, eles se tornaram feias ruínas, cujas pedras e madeiras se transformaram em material de construção de novos colonizadores. Com o movimento modernista, que buscou as raízes da nação brasileira, elas foram novamente buscadas, agora como parte de seu patrimônio. Foi Lúcio Costa, o arquiteto de Brasília, quem fez seu primeiro levantamento, que levou ao registro como patrimônio nacional brasileiro e como patrimônio mundial. (ESCRIVÁ, 2011 p. 12).

### **Considerações finais**

A proposta para este estudo teve como teoria norteadora, fazer uso da abordagem sociológica com o critério da análise compreensiva aplicada na observação das relações de poder construídas nos tratados realizados entre Portugal e Espanha a partir do critério do tipo ideal. As duas nações, tanto Portugal, como a Espanha, estavam desbravando o mundo e chegaram a América com o objetivo de atender a seus interesses mercantilistas.

Pelo Tratado de Tordesilhas, conforme apresentado na Figura 01, tudo que estava no lado direito do Tratado, pertencia à Espanha, e a esquerda, a Portugal. Em um primeiro momento, a região onde hoje é o Rio Grande do Sul ficou, pelas metrópoles, “esquecida”, pois não oferecia muitos recursos naturais que as interessavam no imediato. No século XVII, o Rio Grande do Sul chamou atenção de Portugal e Espanha devido à numerosa quantidade de índios, nativos, que poderiam servir como “mão de obra escravizada”, constituindo-se em um trabalhador ideal, sem direitos. Os índios também cuidavam do gado, que fora introduzido pelo Padre Cristóvão de Mendonça. Com isso, o Rio Grande do Sul passou a apresentar duas

situações para o desenvolvimento do mercantilismo: mão de obra e criação de gado, o que chamou a atenção da Espanha e de Portugal.

Em 1750 foi feito o Acordo de Madri, pois o anterior não estava sendo respeitado. Nesse Tratado, a disputa capitalista entre Espanha e Portugal esteve centralizada em áreas “mais valiosas”, a Região dos Sete Povos, (devido a grande quantidade de índios e gado, frisado também no Tratado de Tordesilhas) e o Rio da Prata (via de escoamento da Prata de Potosí). Com esse Tratado, Portugal e Espanha trocaram a Colônia do Sacramento pela Região dos Sete Povos. Os índios não quiseram abandonar suas terras, de onde tiravam seu sustento, gerando a conhecida como Guerra Guaranítica. Para o combate aos índios, os exércitos da Espanha e de Portugal se uniram.

Com o Tratado de El Pardo, devido à guerra Lusa Espanhola contra os índios, os nativos foram obrigados a saírem de suas terras, perdendo sua forma de subsistência. Em 1777 pelo Tratado de Santo Ildefonso, a Colônia de Sacramento e os Setes Povos ficaram, de direito, pertencendo à Espanha. Nessa época, tanto Portugal, como a Espanha, estavam praticamente falidos; os índios e os Portugueses não concordaram com esse tratado. O Tratado de Badajós, assinado em 1801, devolveu a Região dos Sete Povos a Portugal; e, para a Espanha, a cidade de Olivença. Com a volta dos Portugueses, a situação dos índios piorou, pois os lusos apropriaram-se de suas terras e estâncias:

A sorte dos índios não melhorou em nada com a dominação portuguesa; antes piorou, dada à cobiça desenfreada dos portugueses que se dividiram entre si os campos, apropriando-se do que restava das estâncias dos povos. Acrescente-se a isso as guerras de 1811 a 1812 e de 1816 a 1820, terminado esta última com a conquista portuguesa da Cisplatina. Os índios foram empregados de lado a lado. O chefe português que mais se salientou foi o coronel Francisco Chagas Santos a quem se deve a destruição total de alguns povos da Banda Ocidental do Rio Uruguai. Do lado espanhol salientou-se o índio são-borjense Andresito Chagas, adotado como filho pelo general Artigas (LAZZAROTTO, 1998, p. 51).

Assim, podemos dizer que desde a chegada dos portugueses e espanhóis, por três séculos, o território do Rio Grande do Sul foi “alvo” de disputas. As disputas geraram a engenharia dos tratados divisores de terras. Vimos, no estudo, que a engenharia utilizada correspondeu aos interesses das metrópoles e que os interesses

indígenas e jesuíticos, por exemplo, de manutenção de suas terras, não foram considerados. Os índios, depois de tantas disputas e guerras estavam destruídos, sem terras e gado. Com sua população praticamente dizimada, foram obrigados a se dispersarem pela Região da Bacia da Prata. O pouco que restou das construções dos Povos Missionários é considerado hoje Patrimônio Histórico.

## Referências

BRANDÃO, Marcos Bau. Origens das fronteiras do Brasil (Terras e Tratados - 1532/1909). **GEOBAU**. Disponível:< <http://marcosbau.com.br/geobrasil-2/1763-2/>> Acesso em: 22 jun. 2015.

BERGER, Peter L. **Perspectivas Sociológicas uma visão humanística**. 11 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

CLARET, Martin. A história do livro e a coleção A Obra-Prima de cada autor. In: WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001. p. 5-20.

ESCRIVÁ, José María Plaza. **São Miguel das Missões: arte e cultura dos Sete Povos**. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2011.

FREITAG, Barbara. Teorias da cidade. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

FOTOS ANTIGAS. **RS Tratado de Madrid**. Disponível: <<https://www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/11019687486/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Ijuí: Unijuí, 1998.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 1990.

MAESTRI, Mario. **Uma história do Rio Grande do sul: da pré história até os dias atuais** 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2000.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**. Cuiabá: Editora Entrelinhas, 2009.

ESPAÇO TURISMO. **Ruínas de São Miguel Das Missões**. Disponível:  
<<http://www.espacoturismo.com/atracoes-turisticas/06-05-2011-%E2%80%93-post-4-%E2%80%93-ruinas-de-sao-miguel-brasil>>. Acesso em: 28 de jun.2015.

VELLOSO, André Luiz. **O Tratado de Santo Ildefonso**. Disponível:  
<<http://torinoblog.blogspot.com.br/2008/10/o-tratado-de-santo-ildefonso.html>>  
Acesso em: 28 jun. 2015.

## Conclusão

Que dizer, ao finalizar “Obras de engenharia, cenários e leituras: relações sociais e minorias na formação da sociedade brasileira e rio-grandense”?

Produzir é assumir o desafio de criar. Quando o desafio é delimitado, o processo é mais árduo. Com certeza não foi fácil, no primeiro semestre, ao iniciar a caminhada universitária, para os acadêmicos estabelecer relações possíveis entre a Sociologia e a Engenharia Civil. Também um desafio para o professor orientar, contribuir para a construção e aplicação de conceitos sociológicos na área. Um desafio metodológico que implicou em uma ação interdisciplinar.

Provavelmente, a opção pela Engenharia que cada um dos acadêmicos fez, teve como suporte o conceito corrente de Engenharia que remete às edificações; ao resultado das ações dos engenheiros (oficiosos) ou aos processos produzidos por eles na engenharia de produção e, conseqüentemente, na possibilidade de obter bons resultados econômicos e de concretizar o bem estar social para os contratantes de seus serviços. Dificilmente imaginaram, nesse primeiro momento, relacionar a engenharia com questões como, processos de relações sociais, comportamentos, ambientações, conceitos de mundo e outros.

No estudo realizado pode-se refletir sobre o significado, o conceito de engenharia, visto que toda obra, seja ela uma edificação, um ordenamento territorial ou a construção de redes de comunicação, para citar algumas, é promotora de relações sociais. Seja ela pública ou privada, caracteriza e é caracterizada por determinados valores que, por sua vez, alimenta, projeta ou passa a constituir a tipificação social, política e econômica no tempo e no espaço territorial. Numa mesma obra é possível enxergar, concomitantemente, a segregação social e a agregação de valores. A primeira, segregação, no estudo, foi evidenciado a partir da análise construída visando entender as relações sociais aferidas para o todo, o conjunto da sociedade, observando delimitações, limites, fronteiras e outros; a segunda, agregação, foi compreendida na observação da especificidade, de um grupo

social em particular, na particularidade agregadora dos valores do contratante e do contratado ou de um grupo em particular.

Observou-se que as obras de engenharia, com seu cunho agregador ou desagregador e/ou misto, desenham o território brasileiro e, desde 1500, constituem o Patrimônio Histórico Nacional como mostras de vida e de organização social evidenciadas na casa, na rua (caminhos), na fazenda, na vida missioneira, no monumento, no limite territorial, enfim, no conjunto e na especificidade está a obra e o que ela produz nos sujeitos e nas relações entre sujeitos, estão as interferências da mesma nas ações e no imaginário de seus usuários diretos ou indiretos.

Finalizando, podemos dizer que a obra é o monumento permanente que perpassa o tempo e o espaço, seja pela sua presença, ou pelo que produz no processo e na ambientação que cria ou alimenta. Nesse sentido, idealizar uma obra é idealizar processos e ambientações, sejam estes mais, menos ou nada humanizadores. As obras de engenharia, por sua extensão, são marcas, conceitos; são seus autores (tanto o que a idealiza tecnicamente, quanto o que a contrata); são territórios, porque toda obra (edificações, limites, ordenamentos e outros) está agregada a um lugar, a um território e transmite valores. Por isso, e nesse sentido, evidencia-se a importância do uso da análise sociológica no estudo e na prática de engenharia. A análise sociológica permite o questionamento, a interpretação interdisciplinar e, por isso, a possibilidade de ações mais comprometidas com a vida humana, haja vista que a Engenharia é uma ciência humana, criada por humanos para os humanos.

**Jussara Jacomelli**  
**Willian Widmar Cadore**

A presente edição foi composta pela URI,  
em caracteres Book Antiqua,  
formato e-book, pdf, em maio de 2017.